

**AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL DO  
MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE: uma abordagem  
envolvendo aspectos de natureza quantitativa e qualitativa**

Porto Velho  
Novembro de 2009

**AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL DO  
MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE: uma abordagem  
envolvendo aspectos de natureza quantitativa e qualitativa**

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL:  
Hugo Costa Pessoa (Coordenação)  
Márcia C. Faleiros Pimenta  
Sabrina C. do Vale Bezerra  
Leílcia B. Pereira Carvalho

Porto Velho  
Novembro de 2009

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	5
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	6
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	7
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	8
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	9
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	10
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1.1 Informações gerais do Município de Alvorada do Oeste</b> .....	12
1.1.1 População.....	12
1.1.2 Indicadores Socioeconômicos .....	12
<b>2 ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL DE ALVORADA DO OESTE</b>	14
<b>2.1 População estudantil e estabelecimentos de ensino</b> .....	14
<b>2.2 Função Docente</b> .....	15
<b>3 INDICADORES EDUCACIONAIS</b> .....	17
<b>3.1 Evolução da taxa de aprovação – anos iniciais</b> .....	17
<b>3.2 Evolução da taxa de aprovação – anos finais</b> .....	18
<b>4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)</b> .....	21
<b>4.1 Investimentos educacionais <i>versus</i> rendimento escolar</b> .....	23
<b>5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: conceito e objetivos</b> .....	28
<b>5.1 Estratégias metodológicas</b> .....	28
<b>5.2 Descrição da população e amostra</b> .....	29
<b>5.3 Perfil dos Docentes entrevistados</b> .....	30
<b>5.4 Resultados</b> .....	31
5.4.1 Qualificação docente e experiência de magistério.....	31
5.4.2 Vínculo com administração pública e jornada de trabalho.....	33
5.4.3 Formação continuada e aplicação dos conhecimentos na atividade pedagógica.....	34
5.4.4 Aperfeiçoamento próprio (manter-se atualizado) .....	34

5.4.5	Percepção dos professores em relação à escola em que atuam.....	35
5.4.6	Percepção dos professores sobre a forma provimento de cargo do diretor .....	37
5.4.7	Percepção dos professores e diretores sobre gestão escolar e qualidade de ensino .....	38
5.4.8	Percepção dos professores sobre dificuldades de aprendizagem dos alunos .....	39
5.4.9	Percepção dos professores sobre as dificuldades inerentes ao desenvolvimento do conteúdo pedagógico .....	40
5.4.10	Atitude dos professores diante de elevado índice de fracasso escolar.....	41
5.4.11	Percepção dos professores quanto a existência e qualidade dos recursos pedagógicos da escola.....	42
5.4.12	Percepção dos professores quanto a ocorrência de violência ou vandalismo na escola	44
5.4.13	Nível de satisfação dos professores com a profissão que exerce.....	44
5.4.14	Percepção dos professores sobre os pontos fortes e fracos do ensino fundamental.....	45
5.4.15	Sugestões formuladas pelos professores visando a melhoria do ensino fundamental .	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>55</b>
<b>ANEXOS .....</b>		<b>58</b>
<b>ANEXO A.....</b>		<b>59</b>
<b>ANEXO B.....</b>		<b>62</b>
<b>ANEXO C.....</b>		<b>66</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Principais Características dos Professores.....	63
Figura 2	<i>Locus</i> de Formação e Experiência de Magistério.....	63
Figura 3	Vínculo dos Professores com a Administração Pública.....	63
Figura 4	Horas Trabalhadas, Horas Atividades na Jornada Docente e Quantidade de Escolas em que Lecionam.....	64
Figura 5	Formação Continuada: Acesso e Aplicações dos Conhecimentos.....	64
Figura 6	Atualização: Leitura de Livros sobre Educação.....	64
Figura 7	Atualização: Leitura de Revistas Especializadas na Área de Atuação.....	65
Figura 8	Atualização: Leitura de Jornais ou Revistas de Informação Geral.....	65
Figura 9	Percepção dos Professores em Relação à Escola em que Atua.....	67
Figura 10	Percepção dos Professores sobre Gestão Escolar e Qualidade do Ensino.....	68
Figura 11	Percepção dos Professores sobre as Dificuldades de Aprendizagem dos Alunos.....	69
Figura 12	Percepção dos Professores sobre as Dificuldades Inerentes ao Desenvolvimento do Conteúdo Pedagógico.....	70
Figura 13	Atitudes dos Professores Diante de Elevado Índice de Fracasso Escolar em sua Turma.....	70
Figura 14	Percepção dos Professores Quanto à Existência e Qualidade dos Recursos Pedagógicos da sua Escola.....	71
Figura 15	Percepção dos Professores quanto a Ocorrência de Violência ou Vandalismo na Escola.....	72
Figura 16	Nível de Satisfação com a Profissão que Exerce.....	72
Figura 17	Expectativa dos Professores em Relação a quanto Tempo que Pretende Continuar Lecionando.....	73
Figura 18	Percepção dos Diretores sobre Indicadores Educacionais.....	74
Figura 19	Forma de Provimento de Cargo de Diretor.....	74
Figura 20	Percepção dos Diretores sobre Gestão Escolar e Qualidade do Ensino.....	75
Figura 21	Percepção dos Diretores sobre as Dificuldades de Aprendizagem dos Alunos.....	76

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da População Estudantil Urbana e Rural do Ensino Fundamental de Alvorada do Oeste em 2007 e 2008.....	14
Gráfico 2	Evolução da Taxa de Aprovação e posição no Ranking – dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Alvorada do Oeste do Ensino Fundamental do Município de Alvorada do Oeste no período de 2000 a 2008.....	18
Gráfico 3	Evolução da Taxa de Aprovação e posição no Ranking – dos Anos Finais do Ensino Fundamental do Município de Alvorada do Oeste no período de 2000 a 2008.....	19
Gráfico 4	Evolução da Taxa de Aprovação por Série/Ano em 2007 e 2008.....	20
Gráfico 5	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) Rede Municipal do Brasil, Rede Estadual e Rede Municipal de Rondônia e Alvorada do Oeste em 2007.....	23
Gráfico 6	Estrutura do Custo-Aluno-Ano em Escolas que Oferecem Ensino de Qualidade e da Rede Municipal de Alvorada do Oeste em 2008.....	24

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Hábito e Tempo de Leitura dos Professores.....	35
Quadro 2	Percepção dos Professores em Relação à Escola em que atuam.....	36
Quadro 3	Percepção dos Professores sobre a Forma de Provimento do Cargo de Diretor.....	37
Quadro 4	Percepção dos Professores e Diretores sobre Gestão Escolar e Qualidade de Ensino.....	38
Quadro 5	Percepção dos Professores sobre Dificuldades de Aprendizagem dos Alunos.....	40
Quadro 6	Percepção dos Professores sobre as Dificuldades Inerentes ao Desenvolvimento do Conteúdo Pedagógico.....	41
Quadro 7	Atitude dos Professores Diante de Elevado Índice de Fracasso Escolar.....	42
Quadro 8	Percepção dos Professores Quanto à Existência e Qualidade dos Recursos Pedagógicos da Escola.....	43
Quadro 9	Percepção dos Professores Quanto a Ocorrência de Violência ou Vandalismo na Escola.....	44

## LISTA DE SIGLAS

CAA	Custo-Aluno-Ano
CNE	Conselho Nacional de Educação
EADS	Ensino à Distância
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNE	Plano Nacional de Educação
PROHACAP	Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SIGAP	Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública
TAP	Taxa de Aprovação
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União
UNIR	Universidade Federal de Rondônia



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População, Localização e Faixa Etária do Município de Alvorada do Oeste – Contagem em 2007.....	12
Tabela 2	Indicadores Socioeconômicos do Município de Alvorada do Oeste .....	13
Tabela 3	Evolução da Taxa de Matrícula Urbana e Rural em 2007 e 2008 no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Alvorada do Oeste.....	14
Tabela 4	Função Docente por Formação – Rede Municipal de Alvorada do Oeste 2007.....	15
Tabela 5	Taxa de Aprovação, Notas da Prova Brasil e IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2007.....	22
Tabela 6	Custo-Aluno-Ano <i>versus</i> Taxa de Aprovação da Rede Municipal de Rondônia e Alvorada do Oeste – Ensino Fundamental Total – 2007 e 2008.....	24
Tabela 7	Custo-Aluno-Ano e Taxa de Aprovação da Rede Municipal do Estado de Rondônia – Anos Iniciais – Ensino Fundamental 2008.....	60
Tabela 8	Custo-Aluno-Ano e Taxa de Aprovação da Rede Municipal do Estado de Rondônia Anos Finais – Ensino Fundamental 2008.....	61
Tabela 9	Descrição da População e Amostra de Escolas e Professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Alvorada do Oeste.....	29
Tabela 10	Escolas e Quantidade de Professores Selecionados para Entrevistas.....	29

## APRESENTAÇÃO

Atingida a meta de universalização do Ensino Fundamental no Brasil, a preocupação das autoridades educacionais se volta para conclusão dessa importante etapa da educação, haja vista que mais de 20% dos estudantes não conseguem concluí-la no tempo previsto.

A principal razão do fraco desempenho desses estudantes reside na precária qualidade do ensino, em especial, no que é ministrado pela rede pública, cuja oferta, comprovadamente, não se reveste dos padrões mínimos de qualidade preconizados pelo atual arcabouço jurídico que norteia o sistema educacional do país.

O presente estudo avalia, mediante pesquisa “quali-quantitativa”, o desempenho da rede municipal de ensino de Alvorada do Oeste – RO. Na primeira parte, inferiu-se o nível de eficiência da gestão educacional a partir de duas variáveis: recursos financeiros destinados ao Ensino Fundamental e o correspondente rendimento escolar. Na segunda, buscou-se, mediante as representações sociais expandidas por professores e diretores acerca de vários temas educacionais, identificar alguns fatores que podem influenciar a qualidade do respectivo ensino.

Os resultados evidenciam que as escolas integrantes da amostra analisada, reúnem, em alguns aspectos, condições de oferecer um ensino de qualidade, com destaque para o vínculo funcional e a jornada de trabalho dos docentes; o nível de escolaridade e experiência de magistério; nível de satisfação com profissão exercida.

A despeito disto, constatou-se, de outro lado, deficiências de ordem estrutural no âmbito das escolas analisadas que, comprovadamente, afetam a qualidade do ensino ofertado pela, fato evidenciado no insuficiente desempenho escolar registrado nas avaliações externas promovidas pelo MEC/INEP, através da Prova Brasil, malgrado as elevadas taxas de aprovação obtidas pelo respectivo alunado nos últimos dois anos letivos, bem como no resultado do cotejamento entre as variáveis Custo-Aluno-Ano e rendimento escolar.

No momento em que os Tribunais de Contas do Brasil centram o foco de sua principal atribuição na avaliação da gestão pública, com ênfase nos resultados alcançados, espera-se que a metodologia aplicada na mencionada pesquisa possa subsidiar a nova forma de fiscalização pretendida pelos Tribunais de Contas, na medida em que os procedimentos utilizados permitem a formulação de diagnósticos necessários à melhoria da qualidade educacional.

## 1. INTRODUÇÃO

As reformas políticas e educacionais implementadas nas últimas décadas no Brasil refletiram significativamente na área educacional, à medida que diversos pressupostos, até então aplicados na administração privada, foram introduzidos na esfera pública, em especial, aqueles relacionados com gerência, descentralização, autonomia, competitividade, eficiência, eficácia e efetividade, que passaram a nortear também os sistemas educativos. (Documento Referência da Conferência Nacional da Educação de 2010).

Diante deste novo cenário, os Tribunais de Contas, na condição de principal alicerce do sistema de controle da administração pública, assumem papel preponderante, uma vez que, nesse contexto, cabe-lhes a atribuição de avaliar o setor público do ponto de vista operacional, a fim de certificar se as ações governamentais, financiadas mediante recursos da sociedade, revestem-se da qualidade devida.

A materialização dessa forma de avaliação se realiza através de auditorias operacionais, que têm como objetivo precípuo identificar os erros e acertos da ação governamental e as suas respectivas causas e efeitos, visando à correção das distorções, bem como a manutenção e ampliação dos acertos, conforme preconizado por analistas do TCE-RS em relatórios de auditorias operacionais realizadas pela mencionada Corte (disponíveis em: [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)).

No que diz respeito aos sistemas educacionais, a avaliação deve transcender os já ultrapassados procedimentos vinculados à fiscalização orçamentária, financeira e patrimonial, que findavam por legitimar uma gestão educacional sem levar em conta o seu principal componente, qual seja, a qualidade do ensino que é refletida nos respectivos indicadores de rendimento escolar.

A metodologia contida no presente estudo, além de confrontar os custos educacionais com o correspondente desempenho escolar, busca também, mediante pesquisa qualitativa, identificar a percepção dos principais atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, no caso, professores e diretores de escolas selecionadas para constituição da amostra.

Os resultados decorrentes dos mencionados procedimentos metodológicos, contribuirão para diagnosticar os pontos fortes e fracos da gestão avaliada, traduzidos em recomendações à origem, visando à melhoria do sistema educacional avaliado.

## 1.1 Informações gerais do Município de Alvorada do Oeste

A avaliação operacional de um sistema educativo não pode prescindir de informações acerca do contexto socioeconômico em que o município correspondente se encontra inserido, sobretudo em face da evidenciada disparidade econômica existente entre os entes federativos. Desta forma, para melhor compreensão da matéria, passa-se a destacar as principais informações relativas ao Município de Alvorada do Oeste.

### 1.1.1 População

Segundo dados divulgados pelo sítio eletrônico do MEC/INEP, em “Indicadores Demográficos e Educacionais”, o Município de Alvorada do Oeste, em 2007, detinha uma população de 16.485 habitantes com a seguinte composição:

Tabela 1 – População, Localização e Faixa Etária do Município de Alvorada do Oeste – Contagem em 2007

Faixa Etária	População		
	Urbana	Rural	Total
0 a 5 anos	824	808	1.632
6 a 14 anos	1.677	1.583	3.260
15 a 17 anos	519	484	1.003
18 a 24 anos	1.029	1.036	2.065
25 a 35 anos	1.486	1.352	2.838
Mais de 35 anos	2.719	2.869	5.588
<b>Total</b>	<b>8.254</b>	<b>8.132</b>	<b>16.386</b>

Fonte: MEC/INEP

### 1.1.2 Indicadores socioeconômicos

Depreende-se da Tabela 2, que o Município de Alvorada do Oeste, em 2006, registrou um Produto Interno Bruto (PIB) e uma Renda *per capita* no valor de R\$ 129.153.000,00 (cento e vinte e nove milhões, cento e cinquenta e três mil reais) e R\$ 6.609,00 (seis mil, seiscentos e nove reais), respectivamente. No período analisado (2003 a 2006), constata-se

que tanto o PIB quanto à Renda *Per Capita* de Alvorada do Oeste apresentaram crescimento nominal de 15,7% e 12,6%, respectivamente. Com esses valores, no âmbito dos municípios de Rondônia, Alvorada do Oeste deteve em 2003 a 19ª e 39ª posição no *ranking* dos mencionados indicadores, evoluindo, em 2006, para a 22ª e a 34ª posição, situação que revela perdas de posição em relação ao PIB (19ª para 22ª) e de melhoria em termos de Renda *Per Capita* (39ª para 34ª).

Tabela 2 – Indicadores Socioeconômicos do Município de Alvorada do Oeste

PIB (1)			Renda <i>Per Capita</i> (1)			IDH Municipal (2)		
2003 (R\$ mil)	2006 (R\$ mil)	Var. (%)	2003 (R\$ 1,00)	2006 (R\$ 1,00)	Var. (%)	1991	2000	Var. (%)
103.832	129.153	15,7	5.277	6.609	12,6	0,595	0,694	14,2

Fonte: (1) IBGE - 2006; Renda *Per Capita* - IBGE - 2006; (2) IPEA (2003).

Cabe realçar que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), segundo Analistas do TCE –RS, é uma medida que reflete melhor o desenvolvimento socioeconômico de um ente do que o PIB e a Renda *Per Capita*, haja vista que é apurado pela média aritmética simples de três subíndices referentes à Longevidade (IDH-Longevidade), à Educação (IDH-Educação) e à Renda (IDH-Renda). O IDH-M deriva do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi elaborado pela ONU, e se constitui como o mais adequado para avaliar as condições de núcleos sociais menores. No período analisado (1991 a 2000), o indicador em questão apresentou uma evolução de 14,2%, alcançando o Município de Alvorada do Oeste, da 32ª posição para a 30ª.

## 2 ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL DE ALVORADA DO OESTE

### 2.1 População estudantil e estabelecimentos de ensino

O sistema educacional de Alvorada do Oeste, de acordo com o censo escolar de 2007, dispunha de 2 escolas urbanas e 40 rurais para atender no Ensino Fundamental uma população estudantil de 2.124 estudantes do Ensino Fundamental. Em 2008, o censo registrou uma redução da população estudantil nessa etapa da educação em torno de 6,59%, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Evolução da Taxa de Matrícula Urbana e Rural em 2007 e 2008 no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Alvorada do Oeste

Períodos	Matriculas Urbana			Matriculas Rural			Total		
	2007 (1)	2008 (2)	(%)	2007 (1)	2008 (2)	(%)	2007	2008	(%)
Anos Iniciais	125	585	368	1.178	622	-47,2	1.303	1.207	-7,3
Anos Finais	208	477	129	613	300	-51,1	821	777	-5,3
<b>Total</b>	<b>333</b>	<b>1.062</b>	<b>218</b>	<b>1.791</b>	<b>922</b>	<b>-48,5</b>	<b>2.124</b>	<b>1.984</b>	<b>-6,6</b>

Fonte: MEC/INEP – (1) Indicadores Demográficos e Educacionais; (2) Censo Escolar de 2008.

A despeito da ocorrência de redução da população estudantil em 2008, verifica-se, entretanto, neste mesmo ano, o registro de uma expressiva migração da população estudantil da área rural para a área urbana, cujo percentual evoluiu de 16% para 54%, conforme se demonstra no Gráfico 1.

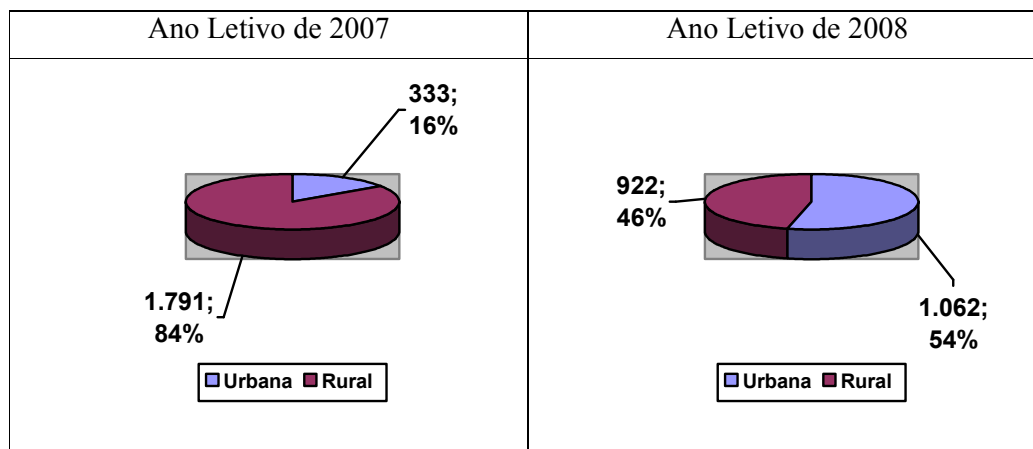


Gráfico 1 – Evolução da População Estudantil Urbana e Rural do Ensino Fundamental de Alvorada do Oeste em 2007 e 2008

Fonte: MEC/INEP

Diante de um acentuado fluxo migratório dessa natureza, via de regra, ocorre o denominado “excesso de demanda” no âmbito do respectivo sistema educacional, fenômeno que, comprovadamente, afeta negativamente a qualidade do ensino em face da elevação do número de alunos por turma e por professor. No caso de Alvorada do Oeste, a população estudantil urbana evoluiu de 333 para 1.062 alunos, no período de 2007 para 2008.

## 2.2 Função docente

Para atender à demanda estudantil, constituída por 2.124 alunos em 2007, o sistema educativo dispunha de 112 funções docentes, distribuídas conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Função Docente por Formação - Rede Municipal de Alvorada do Oeste - 2007

Nível de Atuação	Funções Docentes					Total
	Com Licenciatura	Com Graduação	Com Ensino Médio	Com Normal Médio	Sem Ensino Médio	
Anos Iniciais	7	1	1	38	0	47
Anos Finais	11	2	1	50	1	65
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>88</b>	<b>1</b>	<b>112</b>

Fonte: MEC/INEP

Conjugando-se os dados contidos nas Tabelas 3 e 4, é possível identificar a relação matrículas por docente que, no mencionado ano letivo, ficou em torno de 18,3, percentual que atende aos limites estabelecidos pelo MEC e que está muito próximo ao das escolas que apresentam condições de ofertar um ensino de qualidade<sup>1</sup>. Contudo, importa reforçar que, em 2008, ocorreu aumento significativo da população estudantil urbana, conforme mencionado no item anterior, o que pode ter gerado elevação do quociente em questão.

No que diz respeito ao nível de qualificação dos docentes, necessário destacar que os dados contidos na Tabela 4 evidenciam que, em 2007, o sistema educativo de Alvorada do Oeste operou com, pelo menos, 56 professores desprovidos da habilitação mínima exigida pelo Art. 62 da LDB, conforme a seguir exposto:

- **Anos Iniciais:** 1 (um) professor com graduação sem Licenciatura; 1 (um) professor com Ensino Médio sem curso Normal.
- **Anos Finais:** 54 (cinquenta e quatro) professores sem Licenciatura.

<sup>1</sup> Segundo estudos realizados por Camargo e outros (2004), abrangendo escolas consideradas capazes de oferecer um ensino de qualidade, a média da relação de matrículas por docente variou entre 15,2 (Rio Grande do Sul) a 22,8 (Ceará). Disponível em: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). Acesso em 22 set. 2009.

Importante ressaltar que, embora essa impropriedade tenha sido evidenciada com base em dados de 2007, é possível presumir a sua permanência em 2008 e 2009, a menos que a administração tenha promovido algum concurso visando à contratação de professores habilitados, o que, em tese, é pouco provável.

Diante de tais circunstâncias, cumpre realçar que a permanência de docentes desabilitados no exercício do magistério, além de trazer implicações negativas para a qualidade de ensino, configura, também, desatendimento ao Art. 62 da Lei nº 9.394/96 (LDB), além de obstaculizar o cumprimento da meta 18 contida no PNE aprovado pela Lei nº 10.172/01<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Meta 18 do PNE/jan. de 2001: garantir, por meio de um programa conjunto da União, dos Estados e Municípios, que, no prazo de dez anos, 70% dos professores de educação infantil e de ensino fundamental (em todas as modalidades) possuam formação específica de nível superior, de licenciatura plena em instituições qualificadas.



### 3 INDICADORES EDUCACIONAIS

O atual arcabouço jurídico que norteia o ensino fundamental no Brasil preconiza que, na condição de direito social de todos, a sua oferta deve se revestir de **padrões mínimos de qualidade** (CF/88, LDB, Lei do FUNDEB e Plano Nacional da Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 10.172/01).

Dentre os diversos indicadores de rendimento escolar, utilizados no processo de avaliação da qualidade de ensino, merece destaque a Taxa de Aprovação (Tap). Esse indicador retrata a proporção de alunos aprovados em um ano letivo, possibilitando aferir, por conseguinte, a Taxa de Repetência decorrente de reprovação e/ou abandono. Atualmente, a Taxa de Aprovação se constitui em um dos parâmetros para apuração do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que, por seu turno, é considerado o mais importante instrumento de avaliação da qualidade do ensino.

Com base nesses indicadores (Tap e IDEB) é que se demonstrará o desempenho da rede municipal de Alvorada do Oeste no âmbito do ensino Fundamental, delimitado em uma série histórica contida no período de 2000 a 2008<sup>3</sup>.

A análise centrada nesse período permitirá avaliar o desempenho do Ensino Fundamental por ano letivo, comparativamente com os respectivos períodos de gestão administrativa, conforme convenção abaixo:

<b>Ano Letivo</b>	<b>Gestão Administrativa</b>	<b>Convenção</b>
2000	último exercício da gestão 1996/2000	<b>A</b>
2001 a 2004	2001 a 2004	<b>B</b>
2005 a 2008	2005 a 2008	<b>C</b>

#### 3.1 Evolução da taxa de aprovação – anos iniciais

O comportamento da Taxa de Aprovação (Tap) no primeiro segmento (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental do Município de Alvorada do Oeste, pode ser visualizado no Gráfico 2, em que se demonstra a evolução da referida Taxa, a posição do município no *ranking* desse indicador, bem como o grau de eficiência na aplicação dos recursos destinados ao Ensino

---

<sup>3</sup> O ano de 2006 deixou de constar nessa avaliação em face da inexistência da divulgação de dados oficiais por parte do MEC/INEP.

Fundamental, mediante o cotejamento entre Taxa de Aprovação e Custo-Aluno-Ano, nos exercícios de 2007 e 2008.

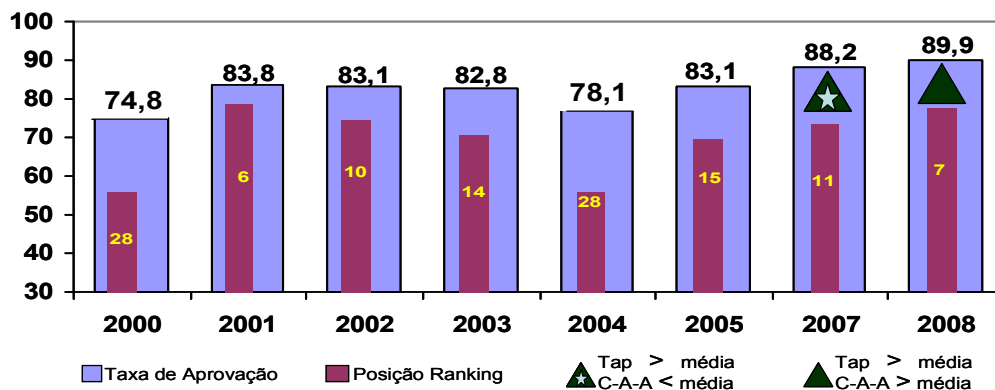


Gráfico 2 – Evolução da Taxa de Aprovação e posição no Ranking – dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Alvorada do Oeste no período de 2000 a 2008

Fonte: MEC/INEP – Indicadores Educacionais e Demográficos

Depreende-se do Gráfico 2 que os anos letivos de 2000 (último exercício da gestão **A**) e 2004 (último exercício da gestão **B**) foram os que apresentaram Taxa de Aprovação inferior a 80%, o que representa, por dedução, uma Taxa de Repetência superior a 20%. Nesses anos letivos, o município registrou Taxa de Aprovação abaixo da média apurada pela rede municipal de Rondônia, oportunidade em que obteve apenas a 28ª posição nesse *ranking*.

Por outro lado, observa-se que a gestão **C**, em seus dois últimos períodos (2007 e 2008), notabilizou-se pela elevação da Taxa de Aprovação para um patamar superior a 88%, fato incomum em se tratando de sistemas de ensino vinculados à rede municipal, tanto que alçou o município para a 11ª e 7ª posição nesse *ranking* nos anos de 2007 e 2008, respectivamente.

### 3.2 Evolução da taxa de aprovação – anos finais

O comportamento da Taxa de Aprovação (Tap) na segunda (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental do Município de Alvorada do Oeste pode ser visualizado através do Gráfico 3, a seguir exposto:

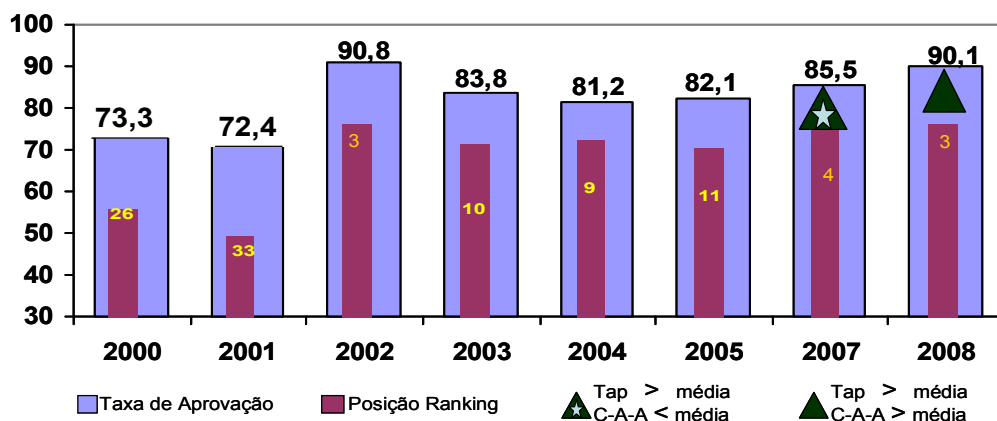


Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Aprovação e posição no Ranking – dos anos Finais do Ensino Fundamental do Município de Alvorada do Oeste no período de 2000 a 2008

Fonte: MEC/INEP – Indicadores Educacionais e Demográficos

Os anos letivos de 2000 e 2001, correspondentes ao final da gestão **A** e ao início da gestão **B** foram os que apresentaram desempenho insatisfatório, ou seja, Taxa de Aprovação inferior a 80%, sinalizando para uma Taxa de Repetência em torno de 27%. Merece destaque a performance obtida em 2002 (gestão **B**) que registrou uma Taxa de Aprovação de 90,8%, que, entretanto, não foi mantida nos anos seguintes pela mencionada gestão.

Os dois últimos anos letivos correspondentes aos últimos períodos da gestão **C** apresentaram Taxa de Aprovação superior a 85%, fato digno de registro no âmbito de uma rede pública de ensino, sendo que, no contexto de Rondônia, esse feito projetou o Município de Alvorada do Oeste às primeiras posições no *ranking* desse indicador (4º e 3º lugar, respectivamente).

O detalhamento do desempenho de 2007 e 2008, por etapas do Ensino Fundamental (séries / anos), consoante se depreende do Gráfico 4, revela que, apenas o período correspondente a 1ª/2º ano, em 2007, apresentou uma Taxa de Aprovação inferior a 80%, fato que foi corrigido em 2008 com 100% de aprovação dos alunos do mencionado período.

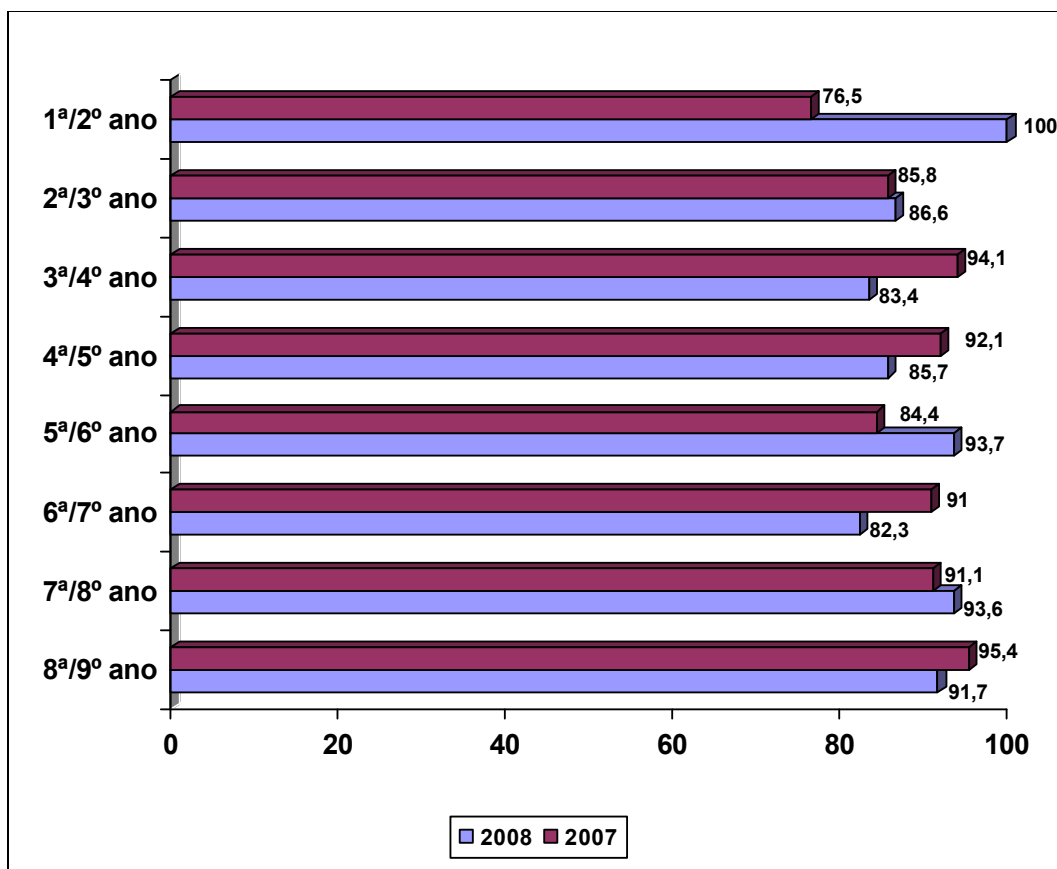


Gráfico 4 – Evolução da Taxa de Aprovação por Série/Ano em 2007 e 2008.

Fonte:MEC/INEP

De outro lado, observa-se queda de desempenho nos seguintes períodos:

Período	2007	2008	Diferença
3ª / 4º ano	94,1%	83,4%	10,7 p.p
6ª / 7º ano	91,0%	82,3%	8,7 p.p
8ª / 9º ano	95,4%	91,7%	3,7 p.p

Malgrado a queda da taxa de aprovação nos mencionados períodos, observa-se que, ainda assim, esse indicador manteve-se acima de 80%, um patamar até certo ponto aceitável, quando considerado em um contexto regional onde as redes municipais registram um índice de aprovação abaixo desse valor. Entretanto, vale realçar que a efetividade desse indicador, no âmbito do atual sistema de avaliação, está associada ao desempenho obtido na Prova Brasil e IDEB, conforme se demonstrará adiante.

#### 4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

Constatado que a **indústria da aprovação automática** tornara-se tão nociva quanto à **indústria da repetência escolar**, o MEC/INEP instituiu, em 2005, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), constituído a partir da junção da Taxa de Aprovação (avaliação interna) e da nota da Prova Brasil (avaliação externa). A Prova Brasil promovida pelo MEC/INEP, incide sobre as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, abrangendo os estudantes dos dois últimos segmentos do Ensino Fundamental (5º e 9º anos).

Os resultados da “Prova Brasil”, segundo o MEC/INEP, são apresentados em uma escala de desempenho por disciplina, expressa por numerais, contendo nove níveis. Em Língua Portuguesa, de 125 a 350. Em Matemática, de 125 a 375<sup>4</sup>.

O IDEB, como já mencionado de passagem, é apurado de dois em dois anos, e possibilita aferir se o contingente de alunos aprovados por determinado sistema, domina, minimamente, os conteúdos das mencionadas disciplinas.

A nova sistemática de avaliação opera com uma amostra representativa de alunos de cada rede municipal ou de cada escola, permitindo aos respectivos gestores saber se a rede de ensino de sua cidade se desenvolve adequadamente.

No caso de Alvorada do Oeste, o interesse dos diretores pelos indicadores em questão pode ser representado da seguinte forma:

- 50% acompanham os resultados da Prova Brasil e IDEB relativos à escola em que atua;
- 50% discutem com os professores os resultados da Prova Brasil e IDEB;
- 50% utilizam os indicadores educacionais em suas tomadas de decisões.

A Tabela 5 demonstra as variáveis consideradas no cálculo do IDEB da rede municipal de Alvorada do Oeste; rede municipal de Rondônia e do Brasil.

---

<sup>4</sup> Para maiores informações sobre a escala de desempenho da Prova Brasil consultar: [http://www.inep.gov.br/basica/saeb/prova\\_brasil/resultados.htm](http://www.inep.gov.br/basica/saeb/prova_brasil/resultados.htm).

Tabela 5 – Taxa de Aprovação , Notas da Prova Brasil e IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 2007

Região	Taxa de Aprovação	Prova Brasil - 2007		IDEB
		Língua Portuguesa	Matemática	
Alvorada do Oeste	88,2	157,28	147,30	3,2
Rede Municipal de Rondônia	83,4	164,04	181,08	3,7
Rede Pública do Brasil	84,5	171,40	189,14	4,0

Fonte: MEC/INEP

Conforme se pode verificar, a Taxa de Aprovação da rede municipal de Alvorada do Oeste (88,2%) ficou **acima** da média obtida pela rede municipal de Rondônia (83,4%) e pela do Brasil (84,5%).

No entanto, as médias de Língua Portuguesa e Matemática, decorrentes da Prova Brasil (avaliação externa), ficaram muito abaixo daquelas obtidas pelas demais redes analisadas, por conseguinte, em um IDEB inferior à média dessas redes.

Em Matemática, a média obtida pelos estudantes da 4<sup>a</sup>/5<sup>o</sup> ano de Alvorada do Oeste foi de 147,30. Para Klein (2006), uma média de Matemática abaixo de 175, para alunos de 4<sup>a</sup>/5<sup>o</sup> ano, revela que esses alunos não possuem **habilidades bem elementares** para quem está concluindo a primeira etapa do Ensino Fundamental. Em Língua Portuguesa, a média foi de 157,28, classificada na escala do SAEB em nível “crítico”, situação em que os alunos leem de forma truncada, apenas frases simples, revelando que as habilidades de leitura estão muito aquém do nível exigido para a 4<sup>a</sup>/5<sup>o</sup> ano<sup>5</sup>.

Tal constatação evidencia que a elevada Taxa de Aprovação registrada pelo município não reflete a realidade em termos de aprendizado, sinalizando, em tese, para uma possível flexibilização dos critérios de aprovação.

Em relação às demais redes analisadas, verifica-se que o IDEB de Alvorada do Oeste ficou abaixo no primeiro segmento do Ensino Fundamental; no segundo segmento, porém, posicionou-se acima, conforme Gráfico 5.

<sup>5</sup> Para maiores informações sobre a escala de desempenho consultar: Qualidade da Educação: uma nova leitura do desempenho dos alunos da 4<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental. Disponível em: [http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{45A5D415-1020-4013-B72E-7E52F0B7C8C3} boletim\\_4serie\\_314.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{45A5D415-1020-4013-B72E-7E52F0B7C8C3} boletim_4serie_314.pdf). Acesso em: 27 out. 2009.

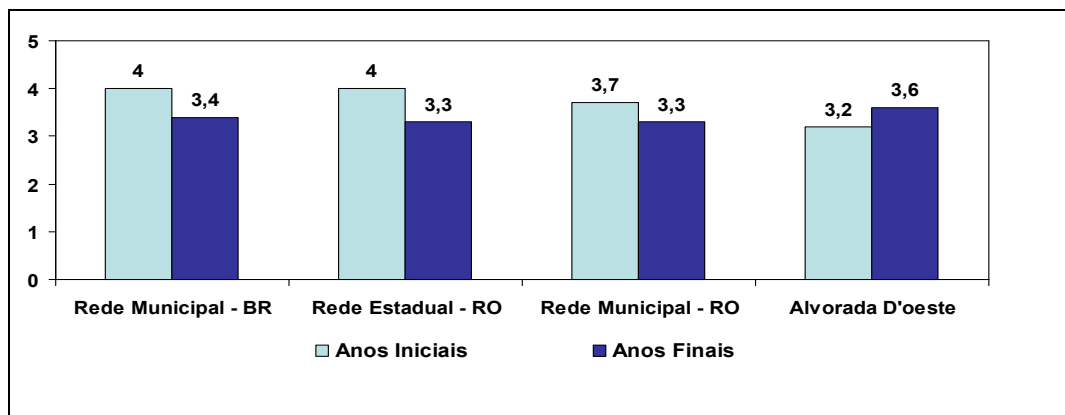


Gráfico 5 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) Rede Municipal do Brasil, Rede Estadual e Municipal de Rondônia e Alvorada do Oeste em 2007.

Fonte: MEC/INEP

Malgrado o desempenho logrado nos anos finais, não se pode atribuir o mérito correspondente à gestão municipal. Segundo informações prestadas pela equipe de auditoria que inspecionou o município em 2009, a única escola de anos finais do Ensino Fundamental que se submeteu à Prova Brasil de 2007, não se encontrava, naquele período, sob a responsabilidade da administração municipal.

#### 4.1 Investimentos educacionais *versus* rendimento escolar

Diversos estudos certificam como fator positivo o volume de recursos aplicados na educação, estabelecendo o pressuposto de que maiores investimentos possibilitam melhores níveis de rendimento escolar.

Para aferir a eficiência da gestão educacional na aplicação dos recursos destinados ao Ensino Fundamental (total), confrontou-se o valor médio do Custo-Aluno-Ano (CAA)<sup>6</sup> dos exercícios de 2007 e 2008 com a respectiva média da Taxa de Aprovação dos sistemas que integram a rede municipal de Rondônia, conforme síntese inserida na Tabela 6.

<sup>6</sup> O Custo-Aluno-Ano foi obtido a partir da divisão do total das despesas aplicadas na MDE e FUNDEF/FUNDEB, pelo total de matrículas dos exercícios de 2007 e 2008. Os valores para a rede municipal de Rondônia, exercício de 2007, estão disponíveis em [www.tce.ro.gov.br](http://www.tce.ro.gov.br). Os valores relativos a 2008 constam da Tabela 7 e 8, do anexo – A, deste estudo.

Tabela 6 – Custo- Aluno-Ano *versus* Taxa de Aprovação da Rede Municipal de Rondônia e Alvorada do Oeste – Ensino Fundamental Total – 2007 e 2008

CUSTO-ALUNO-ANO						TAXA DE APROVAÇÃO					
Rondônia			Alvorada do Oeste			Rondônia			Alvorada do Oeste		
2007 (R\$ 1,00)	2008 (R\$ 1,00)	Var. (%)	2007 (R\$ 1,00)	2008 (R\$ 1,00)	Var. (%)	2007	2008	Var. (p.p)	2007	2008	Var. (p.p)
<b>2.307,00</b>	<b>3.054,93</b>	<b>24,4%</b>	<b>2.243,62</b>	<b>3.370,43</b>	<b>33,4%</b>	<b>80,9%</b>	<b>82,2%</b>	<b>0,5</b>	<b>86,8%</b>	<b>90%</b>	<b>3,2</b>

Fonte: Prestação de Contas Exercícios de 2007 e 2008 (SIGAP) e MEC/INEP.

À luz dos elementos contidos na Tabela 6, observa-se, inicialmente, um significativo crescimento do Custo-Aluno-Ano tanto para a rede municipal de Rondônia (24,4%), quanto para rede municipal de Alvorada do Oeste (33,4%), demonstrando, em tese, que os investimentos educacionais em 2008 suplantaram os valores aplicados em 2007.

Relativamente à composição do valor do Custo-Aluno-Ano do sistema educacional de Alvorada do Oeste, constatou-se que o elemento de custo “outros insumos” representou 36% desse valor, enquanto que os gastos com “docentes” perfizeram 35%. Em escolas que reúnem condições de oferecer um ensino de qualidade, estudos realizados por Camargo e outros (2004) revelaram que os gastos com docentes representam, em média, 55% do valor do Custo-Aluno-Ano, conforme se demonstra no Gráfico 6.

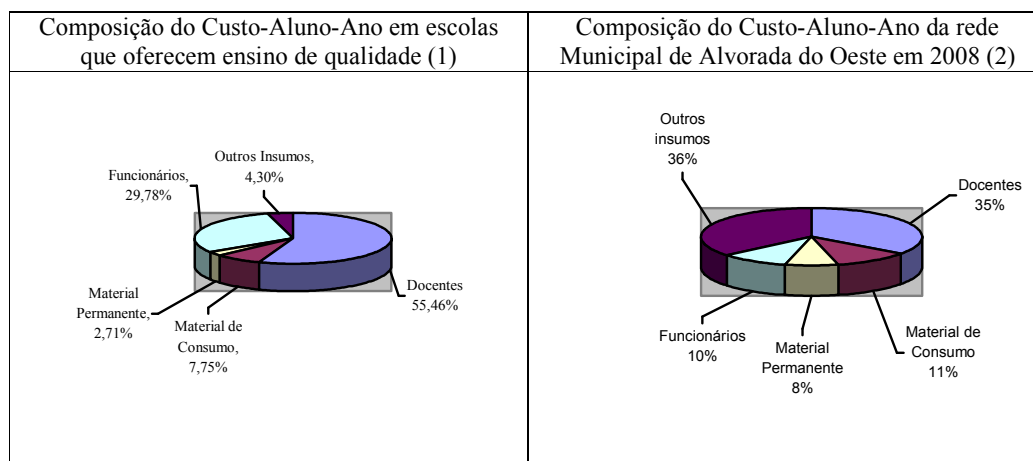


Gráfico 6 – Estrutura do Custo-Aluno-Ano em Escolas que Oferecem Ensino de Qualidade e da Rede Municipal de Alvorada do Oeste em 2008

Fonte: (1) Camargo e outros(2004, p. 35); (2) Balancete de dezembro de 2008 - SIGAP do TCE – RO



No cotejamento do Custo-Aluno-Ano *versus* Taxa de Aprovação, vê-se que, no exercício de 2007, o sistema de ensino de Alvorada do Oeste operou com um Custo-Aluno-Ano abaixo da média e, no entanto, obteve uma Taxa de Aprovação acima da média nos dois segmentos do Ensino Fundamental. Tal feito garantiria à gestão um certificado de eficiência na aplicação dos recursos destinados à educação, caso tivesse sido demonstrada a mesma performance em termos de IDEB, como isso não ocorreu, pois, conforme se demonstrou anteriormente, o IDEB ficou abaixo da média da rede municipal e estadual de Rondônia, reforça-se a tese de possível flexibilização nos critérios de aprovação, caracterizada pelo MEC/INEP como opção pela “troca de taxa”<sup>7</sup>.

Já em 2008, tanto a Taxa de Aprovação quanto o Custo-Aluno-Ano ficaram acima da média da rede municipal de Rondônia, o que confere à gestão a chancela de “regular”, partindo do pressuposto que, quanto maior for o volume de recursos aplicados no ensino, maior, também, deverá ser o desempenho do respectivo alunado. Tal assertiva, todavia, só poderá ser confirmada com a nova Prova Brasil, pois a sua última edição contemplou apenas o ano de 2007.

Merece atenção o valor do Custo-Aluno-Ano registrado em 2008, tanto do ponto de vista de crescimento em relação a 2007 (33,4%), conforme Tabela 6, quanto de sua composição em relação ao custo das escolas que reúnem condições de oferecer um ensino de qualidade, conforme demonstra no Gráfico 6. No primeiro caso, considera-se um percentual de 33,4% excessivo, sobretudo se comparado com o índice de inflação do período. No segundo, vê-se que, enquanto nas escolas de qualidade a maior parte da composição do custo incide sobre o elemento de custo “docente”, em Alvorada do Oeste a maior incidência recaiu no elemento “outros insumos”, fato que enseja o aprofundamento da investigação objetivando aperfeiçoar o diagnóstico sobre a questão.

De outro lado, cumpre ressaltar que a avaliação de um sistema educacional, à luz dos princípios constitucionais que norteiam a administração pública, não pode prescindir de um sistema contábil capaz de identificar o valor do Custo-Aluno-Ano.

A inexistência desse instrumento no âmbito dos sistemas de ensino das redes municipais não permite aferir o custo real dos serviços prestados, impossibilitando mensurar os aspectos relativos à economicidade e a eficiência da aplicação dos recursos destinados ao ensino fundamental por unidade escolar.

---

<sup>7</sup> Situação em que determinado sistema de ensino opta por maiores Taxas de Aprovação mediante flexibilização dos critérios de medição do desempenho escolar, ou prefere ampliar as médias dos testes realizados pelo SAEB, mediante a retenção dos alunos despreparados.

No presente estudo, para a apuração do valor do Custo-Aluno-Ano, foram utilizados os dados do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública (SIGAP) do TCE-RO, iniciativa que possibilitou a identificação desse valor apenas na rede municipal. Tal iniciativa limitou significativamente os resultados pretendidos, já que não foi possível obter o valor do Custo-aluno-Ano por unidade escolar.

A propósito de tal dificuldade, vale lembrar que são poucas redes educacionais do país, em especial as integrantes da rede pública, que dispõem de um sistema de custo nos padrões referidos.

De qualquer forma, importa destacar que o resultado da pesquisa realizada pelo MEC, em parceria com algumas universidades federais, revelou que, em escolas consideradas como prestadoras de um ensino de qualidade, 55% do valor do Custo-Aluno-Ano é destinado para o custeio de professores, conforme se demonstra no Gráfico 6.

A título de contribuição, visando subsidiar os gestores nesse propósito, o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE –RS) tem recomendado, em suas auditorias operacionais, a adoção de um modelo de Sistema de Custo Educacional, cujas diretrizes definem o Custo-Aluno-Ano como as quantidades de recursos utilizados por aluno, no período de um ano, abrangendo desde as quantidades de materiais de consumo e permanentes, até o m<sup>2</sup> de área edificada disponível por aluno.

Segundo aquela Corte, os custos podem ser agrupados em quatro elementos: materiais, equipamentos, serviços e outras despesas públicas executadas para o conjunto dos alunos classificados em duas categorias:

- a) custos nas unidades escolares ou custos diretos de implantação e funcionamento das escolas – nesta categoria incluíram-se os itens de custos realizados no interior das unidades escolares municipais de Ensino Fundamental<sup>8</sup>;
- b) custos fora das unidades escolares ou custos indiretos da rede municipal de ensino – são os custos das atividades administrativas centrais, de apoio pedagógico e serviços gerais da Secretaria Municipal de Educação ou de outros órgãos do Executivo Municipal que atendam a rede municipal de ensino.

A estrutura e classificação dos elementos de custo dos sistemas apresentados pelo TCE – RS estão sintetizados na forma a seguir:

---

<sup>8</sup> Maiores informações sobre custos de unidades de escolas, consultar Relatório de Auditoria Operacional – TCE/RS, disponível: [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br).

Custos na Escola		Custos fora da Escola	
<i>Pessoal</i>	<i>Salários e Encargos Patronais</i>	<i>Pessoal</i>	<i>Salários e Encargos Patronais</i>
<i>Material Didático</i>	<i>Consumo Permanente</i>	<i>Material</i>	<i>Consumo Permanente</i>
<i>Material dos Serviços de Apoio</i>	<i>Consumo Permanente</i>	<i>Transporte Escolar</i>	<i>Material de Consumo Material Permanente Serviços</i>
<i>Material dos Serviços Assistenciais</i>	<i>Consumo Permanente</i>	<i>Outros Gastos</i>	<i>Serviços de Terceiros Serviços Públicos Despesas Diversas</i>

Para facilitar a classificação das despesas, o TCE-RS estabeleceu as seguintes categorias para os custos diretos e/ou indiretos: *verbis*

**Pessoal** – gastos com salários e encargos patronais dos servidores em exercício nas escolas municipais ou em exercício em instâncias do sistema municipal de ensino (pessoal fora da escola) e respectivos inativos. Ambos segmentos incluem professores, especialistas, monitores, funcionários administrativos ou dos serviços gerais.

**Material Didático** – custos do material utilizado em atividades mais diretamente ligadas ao processo de ensino-aprendizagem.

**Material dos Serviços de Apoio e Serviços Gerais** - custos do material utilizado nos serviços de apoio pedagógico e administrativo às atividades escolares (secretaria, supervisão escolar, orientação educacional, direção, etc.) ou para a organização e manutenção do espaço escolar ou dos órgãos da administração municipal (serviços de limpeza, segurança, etc.)

**Assistência ao Educando** – Custos dos materiais dos serviços de merenda escolar e assistência à saúde do educando.

**Área Edificada** - Custos dos prédios escolares da rede municipal. Os dados coletados não permitiram a consideração do custo dos prédios da administração municipal da educação.

**Outras Despesas** – Considerou-se as subcategorias custos dos serviços de terceiros, prestados por pessoa física ou por empresas e custos de outros itens não previstos nos campos do formulário.

**Transporte escolar** – custos com veículos e sua manutenção e funcionamento ou com serviços terceirizados. Como gastos com veículos, combustível, serviços de manutenção e serviços de terceiros.

Os materiais foram divididos em subcategorias:

**Material de consumo** – custos dos itens que são rapidamente consumidos, “teoricamente, num período inferior a dois anos” (Xavier e Marques, 1988).

**Material permanente** – custos de equipamentos e materiais existentes, com vida útil “teoricamente superior a dois anos.” (grifos dos autores).

Por fim, cumpre alertar aos gestores públicos que a instituição de um sistema de custos no contexto da administração pública se constitui em uma exigência legal, consoante preceitos estabelecidos no Art. 50, § 3º da Lei nº 101/00, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

## **5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: conceito e objetivos**

O conceito de representações sociais se traduz em uma modalidade de conhecimento particular, que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. Em se tratando de avaliação institucional, essa função é de orientação, determinadora de comportamentos e práticas, iguais àquelas que buscam caracterizar o processo de avaliação (MOSCOVICI, *apud* OLIVEIRA, 1982).

Diante desta premissa, a autora preconiza que, ao se avaliar uma instituição, não são apenas os dados quantitativos ou a observação da história da entidade, ou a descrição do ambiente físico ou, ainda, a caracterização da chamada “clientela”, que permitirão conhecê-la com profundidade. É necessário, também, uma abordagem pertinente aos aspectos relacionados com atitudes, percepções, juízos de valores daqueles que participam da instituição, ou seja, é preciso conhecer os conteúdos das representações sociais dos envolvidos no processo.

No presente caso, em que se pretende avaliar qualitativamente um sistema educacional, não se pode perder de vista que esse processo envolve a Educação, um dos objetos das Ciências Sociais, fato que impõe o uso de metodologia apropriada, uma vez que essa abordagem deve transcender os aspectos de natureza meramente quantitativa, daí residir a possibilidade da utilização da mencionada metodologia.

### **5.1 Estratégias metodológicas**

As estratégias metodológicas aplicadas a esta etapa do presente estudo correspondem a uma pesquisa qualitativa, em que se busca, através das representações sociais de atores envolvidos no processo ensino/aprendizagem, a identificação dos principais fatores que afetam, positivamente e negativamente, a qualidade do Ensino Fundamental no âmbito da rede municipal de Alvorada do Oeste.

A coleta dos dados pertinentes foi realizada mediante questionário<sup>9</sup>. Buscou-se, na primeira parte, identificar o perfil de Diretores e Professores e, na segunda parte, as representações sociais desses atores quanto aos aspectos mencionados anteriormente.

---

<sup>9</sup> Etapa realizada pela comissão de inspeção que auditou o município em setembro de 2009.

## 5.2 Descrição da população e amostra

Para obtenção de uma amostra representativa dos professores entrevistados, foram utilizados os dados divulgados pelo MEC/INEP em **Indicadores Demográficos e Educacionais** (Tabelas 1 e 2), conforme a seguir demonstrado:

Tabela 9 – Descrição da População e Amostra de Escolas e Professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Alvorada do Oeste

Rede de Ensino		Amostra			
Escolas	Professores	Escolas		Professores	
		Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
42	112	4	9,5	32	28%

Para esta fase da pesquisa, foram selecionadas, intencionalmente, 4 escolas, correspondentes a 9,5% do total de escolas existentes no município. A amostra constituída por 32 professores correspondeu a 28% dos professores da rede ensino.

Do total de 73 questionários aplicados nas quatro escolas, apenas 32 retornaram, o que indica uma mortalidade de 56%. Trata-se de um elevado índice, haja vista que os professores foram informados acerca da preservação de suas identidades, observação que estava contida no cabeçalho dos questionários e na correspondência a eles anexada.

Tabela 10 - Escolas e Quantidade de Professores Selecionados para Entrevistas

Escolas	Número de Professores	Questionários Tabulados	%
Branca de Neve	17	6	35
João Martins	11	5	45
Matilde Rozo	24	9	38
Monteiro Lobato	21	12	57
Total	73	32	44%

### 5.3 Perfil dos docentes entrevistados<sup>10</sup>

As informações detalhadas acerca do perfil dos professores entrevistados constam em forma de anexo, ao final deste relatório.

Com base nas respostas apresentadas, faz-se, a seguir, a síntese do perfil dos professores que se submeteram à entrevista, mediante questionários:

- **Sexo**

Do total de entrevistados, 73% eram mulheres e 27% homens.

- **Faixa etária**

Até 24 anos: 0

25 a 30 anos: 30%

31 a 40 anos: 46% (maior parte)

41 a 50 anos: 17%

51 a 60 anos: 7%

- **Experiência profissional**

28% têm experiência profissional superior a 6 anos; 28% superior a 10 anos; 36% superior a 20 anos e 9% não respondeu.

- **Grau de instrução**

14% - apenas o nível médio

58% - superior completo

18% - especialização ou aperfeiçoamento

2% - mestrado

8% - não respondeu

- **Locus de formação inicial**

44% - Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

11% - Faculdades de Ensino Superior a Distância (EAD's)

23% - outras Instituições de Ensino Superior

22% - não respondeu

---

<sup>10</sup> As informações detalhadas acerca do perfil dos professores entrevistados constam do anexo – B.

- **Habilitação para o magistério**
  - 9% - Formação para o magistério em nível médio (normal)
  - 37% - Licenciatura Plena
  - 2% - Mestrado (1 professor)
  
- **Vínculo com administração pública**
  - 87% - concursado
  - 11% - contrato por tempo determinado
  - 2% - não respondeu
  
- **Quantidade de escolas em que leciona**
  - 87% - uma
  - 3% - duas escolas
  - 8% - três ou mais
  - 2% - não respondeu

## 5.4 Resultados

Conforme mencionado anteriormente, o objetivo precípua do presente estudo é oferecer subsídios técnicos ao aperfeiçoamento do processo de auditoria de gestão no contexto da área educacional. Nesta fase do trabalho, busca-se, mediante das representações sociais de professores e diretores, a identificação dos principais fatores que influenciam, de forma positiva ou negativa, o sistema de ensino do Município de Alvorada do Oeste.

Dentro desse contexto, a pesquisa abordou diversos temas, conforme se discorre a seguir:

### 5.4.1 Qualificação docente e experiência de magistério

Diversos estudos certificam a existência de uma estreita relação entre qualificação docente e desempenho discente, assinalando que melhores níveis de rendimento escolar exigem maiores níveis de qualificação do professor (BONILHA, 2002). O mesmo autor assevera, também, que a experiência profissional em termos de magistério começa a se materializar após sete anos de efetiva regência em sala de aula.

Nas escolas da amostra, vê-se que apenas 14% dos professores declararam que possuem ensino médio. Supondo que os 8% que não informaram o grau de instrução estejam nessa fase de escolaridade, deduz-se que os demais possuem formação superior, ou seja, 78% são graduados, inserindo-se, nesse percentual, 2% com mestrado e 18% com especialização.

Do ponto de vista desses fatores (Qualificação Docente e Experiência de Magistério), verifica-se, pois, que o percentual de docentes com formação superior (78%) se encontra acima da média da rede municipal do Brasil (72%), assim como da do Estado (67%).

Com relação à experiência de magistério, observa-se que 60% dos professores possuem mais de 10 anos de exercício, o que se configura em um fator positivo no processo ensino/aprendizagem.

No que diz respeito ao *locus* de formação inicial, constatou-se que 44% dos professores concluíram a graduação na UNIR. Presume-se a partir do ano de conclusão da graduação dos entrevistados que grande parte desse contingente obteve a formação inicial junto na mencionada universidade, mediante o Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos (PROHACAP). No período de 2000 a 2007 esse programa habilitou mais de oito mil professores leigos no âmbito da rede pública de ensino. Estudos abordando a avaliação do PROHACAP evidenciaram inadequações em sua execução, em especial quanto ao período das aulas e a sobrecarga de atividades, em face de ser insuficiente o tempo disponível para ministração do conteúdo programático, o que findou por afetar a qualidade da respectiva formação<sup>11</sup>.

Necessário enfatizar que a baixa qualidade da formação dos professores atuantes na Educação Básica se constitui em uma problemática que envolve a maioria das redes públicas de ensino, consoante observado por Martin Carnoy<sup>12</sup>, em artigo publicado na Revista Veja, edição 2132, de 30 de setembro de 2009:

Está claro que as escolas brasileiras – públicas e particulares – não oferecem grandes desafios intelectuais aos estudantes. No lugar disso, não é raro que eles passem até uma hora copiando uma lição da lousa, à moda antiga, como se estivessem num colégio do século XIX. Ao fazer medições sobre como o tempo de aula é administrado nos colégios que visitei, chamaram-me a atenção ainda a predominância do improvisado por parte dos professores, os minutos preciosos que se esvaem com a indisciplina e a absurda quantidade de trabalhos em grupo. Eles consomem algo como 30% das aulas e simplesmente não funcionam. A razão é fácil de entender: só mesmo um professor muito bem qualificado é capaz de conferir eficiência ao trabalho em equipe ou a qualquer outra atividade que envolva o

---

<sup>11</sup> Maiores informações sobre a avaliação do PROHACAP consultar Pessoa (2008). Disponível em: [www.univali.br](http://www.univali.br) e BRASIL, Walterlina. A Revolução Prohacapiana. **Revista Primeira Versão**. Edufiro, nº 37 ago. de 2001.

<sup>12</sup> Doutor em economia pela Universidade de Chicago e professor na Universidade Stanford, nos Estados Unidos, onde atualmente também comanda um centro voltado para pesquisas sobre educação.



intelecto. E o Brasil não conta com esse time de professores de alto padrão. Ao contrário. O nível geral é muito baixo (destaquei).

#### 5.4.2 Vínculo com administração pública e jornada de trabalho

Segundo Camargo e outros (2004), o professor, na condição de servidor efetivo, dispõe de maior segurança para a realização de seu trabalho, uma vez que não estaria sujeito a demissões ao final de licenças, contratos ou ao final do ano. Tal conclusão, está alicerçada em pesquisa realizada pelos autores junto a escolas pertencentes à rede municipal que reúnem condições de oferecer um ensino de qualidade, oportunidade em que se constatou que 84% dos professores integram o quadro de efetivos dessas escolas.

Em Alvorada do Oeste, no âmbito das escolas da amostra, o percentual foi de 87% para professores efetivos, sendo que essa mesma proporção declarou que leciona em apenas uma escola.

A jornada de trabalho dos docentes, segundo o Conselho Nacional da Educação (CNE)<sup>13</sup>,

[...] poderá ser de até 40 (quarenta) horas e incluirá uma parte de horas de aula e outra de horas de atividades, estas últimas correspondendo a um percentual entre 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do total da jornada, consideradas como horas de atividades aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola (BRASIL, 1997 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB039>)

Nas escolas da amostra, verificou-se que apenas 5% dos professores declararam jornada de trabalho superior a 40 horas-aula por semana, os demais se encontram dentro dos limites fixados pelo CNE, inclusive em termos de horas-atividade.

A presença de horas-atividade na jornada docente, na concepção dos mencionados autores, pode contribuir para a oferta de um ensino de qualidade, partindo da premissa de que a existência de carga horária disponível para o desenvolvimento de atividades que não sejam horas-aula representa um período maior de preparação e de atendimento aos alunos e à comunidade, proporcionando, assim, maior qualidade ao trabalho.

---

<sup>13</sup> Resolução nº 3/97 -CNE

### 5.4.3 Formação continuada e aplicação dos conhecimentos na atividade pedagógica

A formação dos profissionais da educação deve ser pensada enquanto processo continuado e como direito dos profissionais da educação e dever do Estado. Tal proposição, deve ser elevada à categoria de política pública, superando, portanto, o estágio das iniciativas individuais para aperfeiçoamento próprio. Essa política deve ter como componentes, juntamente com a carreira (a jornada de trabalho e a remuneração), outros elementos indispensáveis à valorização profissional.

Estudos realizados por Zagury (2006) revelam que uma das principais dificuldades apontadas pelos professores em sala de aula é não saberem usar as metodologias adequadas, por estarem despreparados didaticamente. Ou seja, não conseguem promover a escolha metodológica adequada às aulas e conteúdos.

Neste tópico, buscou-se avaliar o acesso de professores aos cursos de formação continuada, bem como a efetividade desses cursos em suas atividades pedagógicas.

Pelo menos 88% dos professores afirmaram que foram contemplados nos últimos dois anos com cursos de capacitação (programa de formação continuada), com carga-horária superior a 20 horas. Indagados sobre a aplicação dos conhecimentos adquiridos nos mencionados cursos, quando do exercício das práticas pedagógicas, os professores declararam que os aplicam:

Sempre:	22%
Com frequência:	40%
Algumas vezes:	19%
Raramente:	9%
Não respondeu:	5%

Para efeito de avaliação desse fator, considerou-se como satisfatório quando pelo menos 80% dos beneficiários dos programas de formação continuada asseguram a aplicação dos conhecimentos em suas práticas pedagógicas. O resultado ora demonstrado revela que apenas 62% declararam aplicar sempre ou com frequência os conhecimentos adquiridos.

### 5.4.4 Aperfeiçoamento próprio (manter-se atualizado)

Nesse quesito, buscou-se identificar o interesse do professor em manter-se atualizado, mediante leitura de matérias relacionadas à sua área de atuação, partindo do pressuposto de que a atualização permanente se constitui em uma das principais exigências da era moderna

em praticamente todas as atividades profissionais, com destaque especial para área do magistério (ZAGURY, 2006).

O resultado da pesquisa sobre o tempo de leitura que os professores dedicam no seu dia-a-dia, com vistas a manter-se atualizado, pode ser visto a partir do quadro 1.

Quadro 1 – Hábito e Tempo de Leitura dos Professores

Itens	AFIRMATIVAS em %				
	Sempre (%)	Com frequência (%)	Algumas Vezes (%)	Raramente (%)	Não Respondeu (%)
Livros de Educação	51	18	27	2	2
Revistas especializadas	37	9	47	5	-
Jornais/revistas informação geral	33	17	42	8	-
Média	40	15	39	5	1

A incidência inferior a 50% para as alternativas **“sempre”** e **“com frequência”** indica a dificuldade que os professores encontram para se manterem atualizados. Esse resultado segue a tendência nacional, em que, dentre as causas alegadas para o desinteresse por leitura, emerge, com maior frequência, a falta de tempo e a insuficiência de recursos financeiros para a criação/manutenção desse hábito.

#### 5.4.5 Percepção dos professores em relação à escola em que atuam

Conforme mencionado de passagem, a identificação das representações sociais de professores e diretores de determinado sistema de ensino caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, que tem como objetivo precípuo diagnosticar, mediante a abordagem de diversos temas educacionais, os principais fatores que influenciam a qualidade do ensino no âmbito das escolas pesquisadas<sup>14</sup>.

Além do tempo de serviço, do tipo de contrato, da carga horária, destacados anteriormente, a motivação para envolver-se no trabalho e a valorização de cada profissional no interior da instituição são elementos apresentados como capazes de contribuir para a realização de um trabalho de melhor qualidade. A necessidade de entusiasmo no cotidiano da

<sup>14</sup> O detalhamento da pesquisa acerca das representações sociais dos entrevistados constam do anexo – C, deste estudo.

escola é reconhecida por dirigentes e pelos profissionais como um fator de articulação do esforço coletivo.

O Quadro 2 retrata as representações sociais dos professores entrevistados quanto à gestão democrática, ao apoio pedagógico, à confiança na direção e ao clima de cooperação nas escolas pesquisadas.

Quadro 2 - Percepção dos Professores em Relação à Escola em que Atuam

AFIRMATIVAS	Concordo (%)	Discordo (%)	Não Respondeu (%)
Sinto que sou parte importante desta escola	100	0	0
Participo das decisões educacionais desta escola	75	19	6
Tenho plena confiança profissional no diretor	85	9	6
O diretor consegue que os professores se comprometam com a escola	86	8	6
O diretor implementa regras de conduta escolar e me apóia quando necessário.	92	2	6
Existe um clima de cooperação entre os professores	88	3	9
O diretor dá atenção adequada aos aspectos relacionados com a aprendizagem dos alunos	91	3	6
Recebo orientação pedagógica quanto ao meu trabalho	77	10	13

Para a escala avaliativa, considerou-se como percepção positiva quando mais de 80% dos entrevistados manifestam concordância em relação às afirmativas contidas no quadro em análise.

Importante realçar o nível de satisfação e confiança dos professores em relação à atuação dos diretores das escolas avaliadas, aprovação que, em média, superou 88%. Dois itens, no entanto, apresentaram resultados insatisfatórios: “participação das decisões educacionais” e “orientação pedagógica” apresentaram concordância **abaixo** de 80%.

O detalhamento desses dados, apresentado neste estudo, em forma de anexo, revela que apenas a escola João Ferreira Martins apresentou percentual de concordância acima de 80% para a primeira assertiva, enquanto que, para a segunda, o limite foi alcançado pelas escolas Branca de Neve e Matilde Rozo.

#### 5.4.6 Percepção dos professores sobre a forma de provimento do cargo de diretor

Segundo Camargo e outros (2004), existem três mecanismos de escolha dos diretores de escolas públicas: a eleição direta pela comunidade educacional, a indicação política realizada, principalmente, no interior dos Estados e o concurso público.

Nas escolas consideradas capazes de ofertar um ensino de qualidade, a mencionada pesquisa evidenciou a existência de eleição direta para diretores na maior parte dos Estados que compõem a amostra, fato que foi compreendido pela comunidade educacional e pela maioria dos entrevistados, inclusive das escolas que não têm eleição, como um fator muito positivo para as relações estabelecidas no interior das unidades de ensino, favorecendo as relações interpessoais e, conseqüentemente, a qualidade da educação.

Alves (2007), por seu turno, analisando a correlação existente entre eleição de diretor e desempenho discente, assinala que, nos estudos sobre a eficácia escolar, a **liderança do diretor é uma característica associada ao aumento do desempenho discente** (destaquei). Segundo a autora, a partir de dados do SAEB 2001, chegou-se a conclusão que **reconhecimento por parte dos professores da liderança do diretor está associado ao aumento da eficácia escolar** (destaquei).

Para identificar as representações sociais dos professores sobre esse importante tema, formulou-se a seguinte assertiva: “A escolha do diretor por processo eletivo contribui para melhoria da qualidade do ensino no âmbito da escola em que atua”.

O resultado, conforme Quadro 3, evidenciou que 71% dos entrevistados concordam com a afirmativa, 9% discordam e 19% deixaram de se manifestar sobre a questão.

Quadro 3 – Percepção dos Professores sobre a Forma de Provimento do Cargo de Diretor

Escolas	Concordo (%)	Discordo (%)	Não respondeu (%)
Branca de Neve	83	17	0
João Ferreira	100	0	0
Matilde Rozo	44	11	44
Monteiro Lobato	58	8	33
<b>Média</b>	<b>71</b>	<b>9</b>	<b>19</b>

Surpreendentemente, na única escola em que o diretor foi eleito (Matilde Rozo), apenas 44% dos professores declararam que essa forma de escolha se constitui em um fator positivo no processo de melhoria da qualidade do ensino.

A despeito disso, vê-se que, no quesito que trata da percepção do professor em relação à atuação do diretor (Quadro 2), as manifestações expendidas foram consideradas satisfatórias.

Tal contradição pode decorrer do fato de que, na maioria das escolas, o diretor não exerce a regência de sala de aula, o que levaria a maior parte dos entrevistados a supor que, em tais circunstâncias, ele não influenciaria diretamente na qualidade do ensino.

Por fim, cabe ressaltar que em estudos realizados por Camargo e outros (2004), concluiu-se que mesmo predominando a opinião de que as eleições são positivas para as relações interpessoais e para a qualidade do ensino, este entendimento não permite, no entanto, a homogeneização das interpretações sobre esse processo, uma vez que, em algumas escolas da amostra, foram relatadas situações de tensionamento nas relações, principalmente nos períodos eleitorais.

Necessário ponderar que a falta de dados relativos ao desempenho dos alunos das escolas da amostra, não possibilitou analisar a relação existente entre a forma de provimento do cargo do diretor (indicação ou eleição) e o rendimento escolar correspondente.

#### 5.4.7 Percepção dos professores e diretores sobre gestão escolar e qualidade do ensino

O processo de busca da melhoria da qualidade do ensino impõe a adoção de diversos procedimentos educacionais, que envolvem a maioria dos atores participantes do processo ensino/aprendizagem.

Neste item, procurou-se avaliar a percepção dos professores, comparativamente com a dos diretores, sobre procedimentos adotados que influenciam a qualidade do ensino, conforme síntese contida no Quadro 4.

Quadro 4 – Percepção dos Professores e Diretores sobre Gestão Escolar e Qualidade de Ensino

AFIRMAÇÕES	Professor	Diretor
	SIM (%)	SIM (%)
Há objetivos pedagógicos definidos e de conhecimento da comunidade escolar.	90	100
Há metas de rendimento escolar definidas, sendo as mesmas de conhecimento da comunidade escolar.	90	100
A comunidade escolar tem informações sobre a quantidade de alunos que evadem ou abandonam a escola.	54	100
A comunidade escolar busca compreender as causas do abandono ou da evasão.	65	100
Na sua escola há algum programa de redução das taxas de abandono e reprovação.	58	75
A comunidade escolar tem informações sobre a quantidade de alunos que são reprovados a cada ano.	63	75
A comunidade escolar busca compreender as causas das reprovações.	58	50
A comunidade escolar procura compreender as causas das faltas dos alunos.	80	100
Na reunião de pais, os mesmos são chamados à escola para conversar sobre o número de faltas dos alunos.	89	100

Para dos itens em questão, foi adotado o mesmo critério de avaliação, qual seja, considerou-se percepção positiva quando mais de 80% manifestaram concordância em relação as assertivas postas.

Em uma análise superficial dos resultados, constatam-se, inicialmente, contradições entre professores e diretores, no que diz respeito a itens de relevada importância, em especial àqueles voltados ao combate do fracasso escolar, como por exemplo:

- a) desconhecimento da quantidade de alunos que reprovam, abandonam ou evadem, bem como a falta de diagnósticos sobre as prováveis causas;
- b) inexistência de programas destinados à redução de repetência e abandono escolar, que contenha objetivos e metas quantificáveis;
- c) pouca participação de pais de alunos nas ações destinadas a redução das faltas às aulas.

Diante de tais circunstâncias, ainda que os níveis de aprovação da rede municipal de Alvorada do Oeste se apresentem acima da média, sinalizando para uma reduzida Taxa de Repetência, faz-se necessário aprofundar a investigação, preferencialmente *in loco*, haja vista que os níveis de aprovação registrados pela rede em questão não refletem a realidade em termos de avaliação externa (Prova Brasil), conforme demonstrou o confronto entre essas duas variáveis (Taxa de Aprovação *versus* Aproveitamento Escolar).

#### 5.4.8 Percepção dos professores sobre dificuldades de aprendizagem dos alunos

Diversas causas são alegadas para justificar o fracasso escolar. O problema envolve fatores de natureza intra e extra-escola.

Sabe-se que a qualidade da escola implica a existência de insumos indispensáveis, de condições de trabalho e de pessoal valorizado, motivado e engajado no processo educativo. Esses aspectos, no entanto esbarram, quase sempre, em uma realidade marcada pela desigualdade socioeconômica-cultural dos sujeitos e das regiões envolvidas no estudo, sobretudo dos atuais sujeitos-usuários da escola pública (CAMARGO e outros, 2004, [http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe\\_online/det.asp?cod=57400&type=M](http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe_online/det.asp?cod=57400&type=M)).

Neste tópico, buscaram as representações sociais dos professores sobre as razões das dificuldades de aprendizagens dos alunos, conforme síntese contida no Quadro 5.

Quadro 5 – Percepção dos Professores sobre Dificuldades de Aprendizagem dos Alunos

AFIRMATIVAS	SIM (%)	NÃO (%)	Não respondeu (%)
A maioria não consegue aprender, porque a maior parte dos professores não possui qualificação adequada.	27	55	18
A sobrecarga de trabalho dos professores dificulta o planejamento e o preparo das aulas.	38	43	19
A maioria, apesar de se esforçar, não consegue aprender devido a limitações que traz do ambiente em que vive.	50	27	23
A maioria não consegue aprender, porque a estrutura do sistema e o funcionamento da escola dificultam o sucesso escolar.	12	63	25

Dentre as alternativas postas, duas estão relacionadas diretamente à atuação dos professores: qualificação inadequada e sobrecarga de trabalho. Do rol de entrevistados, apenas 27% concordaram que a qualificação inadequada do professor afeta o rendimento escolar dos alunos enquanto que 38% atribuem à sobrecarga de trabalho como razão do baixo desempenho. A grande maioria (50%) remete a culpa ao ambiente em que vive o aluno, 12% por sua vez, indicaram as deficiências do sistema de ensino como causadoras do rendimento escolar insatisfatório.

Em relação à qualificação docente, vale ressaltar que, do total de entrevistados, apenas 58% declaram possuir formação superior. Considerando os limites mínimos de habilitação estabelecidos pelo Art. 62 da LDB, é possível admitir a existência de professores atuando em sala de aula sem habilitação adequada.

Estranhamente, mais de 20% dos entrevistados deixaram de emitir opinião sobre temas tão relevantes no contexto educacional.

#### 5.4.9 Percepção dos professores sobre as dificuldades inerentes ao desenvolvimento do conteúdo pedagógico

A questão em análise está relacionada a uma atividade extremamente deficitária em termos de gestão educacional. Trata-se do Planejamento Escolar. Pesquisa elaborada por Zagury (2006) evidenciou que apenas 40% das escolas fazem planejamento geral e que até mesmo o Plano de Aula é negligenciado nesse contexto, apenas 27% dos professores planejam as atividades diárias de suas turmas.

No caso das escolas da amostra, de acordo com os resultados apontados no Quadro 6, destaca-se dentre as possíveis causas obstaculizadoras do desenvolvimento dos conteúdos



pedagógicos, a dificuldade de aprendizagem dos alunos, com 98%, seguida da alegação: “não ter trabalhado com a turma desde o início”.

Quadro 6 - Percepção dos Professores sobre as Dificuldades Inerentes ao Desenvolvimento do Conteúdo Pedagógico

<b>AFIRMATIVAS</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>	<b>Não Respondeu (%)</b>
Falta de tempo devido à suspensão de aulas por fatores diversos	29	41	5
Dificuldades de aprendizagem dos alunos	98	2	0
Falha no planejamento das atividades do Plano	38	53	10
Falta de domínio completo de determinados pontos do conteúdo	0	70	5

Mais uma vez, observa-se que a culpa recai sobre os alunos. As assertivas “falta de tempo”, “falta de domínio completo de determinados pontos do conteúdo” e “falha no planejamento das atividades do Plano”, sabidamente causadoras de dificuldades no processo de desenvolvimento do conteúdo pedagógico, mostraram-se pouco relevantes para os entrevistados.

Neste Contexto, o plano de aula, considerado um dos instrumentos mais importante do processo ensino aprendizagem, vem perdendo sua principal finalidade, à medida que:

Na maior parte das vezes, ao contrário do que preconiza a didática, o mesmo Plano de Aula é usado para todas as turmas da mesma série, ignorando-se, portanto, a base desse tipo de planejamento – que deve ser feito de acordo com o andamento e as peculiaridades de cada turma (ZACURY, 2006, p.185)

#### 5.4.10 Atitude dos Professores diante de elevado índice de fracasso escolar

Neste item, a pretensão foi identificar os procedimentos pedagógicos adotados pelos professores, quando mais de 30% dos seus alunos apresentam médias baixas, consoante resultados contidos no Quadro 7.

Quadro 7- Atitudes dos Professores Diante de Elevado Índice de Fracasso Escolar

AFIRMATIVAS	Media (%)
Não desenvolve novos conteúdos até que a maioria dos alunos aprenda o que está sendo ensinado.	62
Segue adiante, desenvolvendo novos conteúdos, conforme planejamento.	4
Segue adiante, conforme seu planejamento, mas desenvolve paralelamente atividades de reforço.	20
Deixa o conteúdo não dominado para ser revisto no período de recuperação.	2
Não respondeu	13

Conforme se pode observar, a maioria dos entrevistados opta por não desenvolver novos conteúdos até que grande parte dos alunos aprenda o que está sendo ensinado.

De certa forma, esse resultado está associado ao tópico relacionado às dificuldades em desenvolver o conteúdo pedagógico, oportunidade em que os professores elegeram a opção “dificuldades de aprendizagem dos alunos” como um dos principais fatores causadores do pouco rendimento escolar.

Na realidade, conforme já mencionado anteriormente, esta questão parece decorrer das deficiências pedagógicas dos professores que, na maioria das vezes, não sabem usar a metodologia adequada.

#### 5.4.11 Percepção dos professores quanto à existência e qualidade dos recursos pedagógicos da escola

##### a) Bibliotecas

Pesquisa nacional, realizada junto às escolas consideradas como prestadoras de um ensino de qualidade, constatou a existência de bibliotecas em cerca de 80% delas. Essa pesquisa revelou, também, que nos 20% das escolas, em que não se identificou um espaço configurado e específico como biblioteca, as revistas, vídeos, fitas e demais materiais típicos ficavam guardados na sala da diretora, da coordenadora ou nas próprias salas de atividades dos alunos, ao invés de estarem organizados e disponíveis em espaços próprios.

No caso da rede de ensino de Alvorada do Oeste, observou-se certa contradição nas afirmativas sobre a existência ou não de bibliotecas nas escolas. Por exemplo, na escola Branca de Neve, 67% dos professores declararam inexistir esse espaço, enquanto que 17%

avaliaram-na como **boa**. Disso, verifica-se que é aplicável ao caso a constatação da pesquisa nacional, qual seja, os materiais pedagógicos-informativos ficam guardados em algum lugar não identificado como biblioteca.

Importante salientar que o censo escolar de 2006 declarou existir apenas uma biblioteca na rede municipal de Alvorada do Oeste.

É possível também ponderar que as escolas, diante de outras demandas, não tenham priorizado a criação de espaços diversificados e específicos como a biblioteca ou sala de leitura.

### **b) Laboratórios (ciências e informática)**

No caso de laboratórios, 83% dos professores das escolas pesquisadas afirmaram a inexistência desse espaço, fato já comprovado, também, pelo censo escolar de 2006.

### **c) Computadores, vídeos, impressoras e internet (uso de professores e alunos)**

O avanço tecnológico, sobretudo no âmbito do magistério, impõe aos gestores educacionais o empenho necessário para suprir as escolas de alguns equipamentos que, indubitavelmente, facilitem o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem.

No caso das escolas da amostra, verificou-se, inicialmente, a inexistência de computadores e internet para uso dos alunos. Dentre os itens avaliados, verifica-se, por intermédio do Quadro 8, que apenas o quesito “computadores para uso dos professores” obteve média acima de 80.

Quadro 8 – Percepção dos Professores Quanto à Existência e Qualidade dos Recursos Pedagógicos da Escola

Itens	Bom (%)	Ruim (%)	Inexistente (%)	Não Respondeu (%)
Vídeo	70	10	7	14
Computadores p/ uso dos professores	87	4	9	0
Computadores p/ uso dos alunos	3	0	93	5
Impressora	60	80	26	6
Internet p/ uso dos professores	64	0	36	0
Internet p/ uso dos alunos	0	0	93	7

#### 5.4.12 Percepção dos professores quanto à ocorrência de violência ou vandalismo na escola

Pesquisas realizadas recentemente evidenciaram que a segurança nas escolas se constitui um dos fatores relacionados ao desempenho escolar, ou seja, escolas que oferecem um ambiente seguro conseguem melhor desempenho.

Nesse item, a pesquisa buscou identificar o nível de incidência de violência ou vandalismo no âmbito das escolas, consoante síntese abaixo:

Quadro 9 - Percepção dos Professores Quanto à Ocorrência de Violência ou Vandalismo na Escola

Ocorrências	Raramente (%)	Nunca (%)	Frequente (%)	Não respondeu (%)
Roubo com violência	17	67	0	17
Depredação nas Instalações Físicas	17	67	3	17
Agressão verbal e/ou física a professores	50	33	0	17
Agressão verbal e/ou física a alunos	50	33	6	17

Dos números acima, depreende-se, a partir da ótica dos professores, que as escolas da amostra não apresentam índices elevados de violência. O somatório dos percentuais das colunas “raramente” e “frequente” alcança, em média, 35%, com destaque maior para agressão verbal/física a professores e alunos, ainda assim, classificada como “raramente”.

#### 5.4.13 Nível de satisfação dos professores com a profissão que exerce

Neste tópico, pretendeu-se avaliar o nível de satisfação dos professores, a partir das seguintes afirmativas:

- a) **Estou satisfeito com a minha profissão** 82%
  
- b) **Pretendo continuar lecionando**
  - Enquanto fisicamente eu for capaz 56%
  - Até completar o meu tempo para aposentadoria 7%
  - Continuarei ensinando até que apareça algo melhor 22%
  - Certamente deixarei a profissão em dois anos 2%
  - Não Respondeu 13%

No que diz respeito ao nível de satisfação dos professores em relação ao exercício do magistério, pesquisas realizadas por Codo (2006) lançaram por terra um antigo mito que associava níveis de satisfação do trabalhador com produtividade:

[...] não há associação direta entre satisfação e produtividade, mas há relações fortes entre satisfação e bem-estar, saúde física e psíquica do trabalhador. Assim, as possíveis relações entre eficiência e satisfação percorrem o seguinte percurso: satisfação no trabalho, maior bem-estar e trabalhador mais saudável, maior produtividade (CODO, 2006, p.100).

No mencionado estudo, abrangendo professores do Ensino Fundamental, constatou-se nível de satisfação de 87%. No caso dos professores de Alvorada do Oeste esse percentual foi de 82%, considerado, até certo ponto, adequado.

Quanto a pretensão em continuar lecionando, o percentual de 56% para a alternativa “enquanto fisicamente for capaz” pode parecer, a primeira vista, reduzido. Contudo, é preciso associar esse valor com a idade e tempo para aposentação. Por óbvio que os 22% que declararam “continuarei ensinando até que apareça algo melhor” constituem, em tese, o contingente de insatisfeitos registrados na primeira assertiva.

#### 5.4.14 Percepção dos professores sobre os “pontos fortes e fracos” do ensino fundamental

Para este tópico, solicitou-se dos entrevistados que indicassem três pontos fortes e fracos do Ensino Fundamental no âmbito das escolas em que atuam. Em síntese, foram estas as opiniões dos professores:

- a) **Pontos Fortes:** dedicação dos professores; professores formados na área de atuação; alunos interessados; boas instalações físicas; funcionários dedicados; desenvolvimento de projetos com a participação dos alunos; currículo adequado à realidade dos alunos da região; apoio pedagógico e materiais; parceria entre direção e professores.
- b) **Pontos Fracos:** Falta de interesse dos alunos; dificuldade de aprendizagem; pouco tempo para planejamento; falta de experiência dos professores; falta de participação dos pais nas atividades da escola; falta de computadores, dificultando as pesquisas.

#### 5.4.15 Sugestões formuladas pelos professores visando à melhoria do ensino fundamental

As sugestões contidas nesse tópico estão, de certa forma, compatíveis com as deficiências estruturais mencionadas pelos professores quando das respostas formuladas no tópico anterior. As opiniões formuladas foram as seguintes:

- a) ampliação do tempo para planejamento;
- b) elevação do suprimento de materiais didáticos e de equipamentos;
- c) aumentar o número de encontros pedagógicos para professores;
- d) equipar a escola com laboratório de informática;
- e) melhorar o salário;
- f) aumentar a oferta de cursos de capacitação;
- g) adequação de sala de aula à quantidade de alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da fiscalização operacional no rol das atribuições dos Tribunais de Contas a partir da Constituição de República de 1988 se constituiu, indubitavelmente, no maior desafio já imposto ao órgão mais importante do sistema de controle da administração pública. Tanto que, decorridos mais de 20 anos da instituição dessa nova missão, são raras as Cortes que estão conseguindo, efetivamente, cumprir o desiderato pretendido pelo legislador constituinte.

No caso específico da função Educação, a despeito das inúmeras e onerosas ações governamentais destinadas à melhoria da qualidade do ensino, em especial da Educação Básica, vê-se que ainda predomina os aspectos fiscalizatórios associados à legalidade e cumprimento dos limites mínimos de aplicação, de recursos em que pese a comprovada baixa de qualidade do ensino refletida no precário desempenho dos estudantes, tanto em testes nacional (Prova Brasil) quanto internacional (PISA)<sup>15</sup>.

Um dos maiores obstáculos que os Tribunais de Contas vêm encontrando para executarem a denominada auditoria operacional parece residir na falta de profissionais especializados em Educação no âmbito do seu corpo técnico, fato que, em tese, dificulta a formação de equipes multidisciplinares capazes de reunir condições de identificar os principais fatores, sobretudo os de cunho pedagógico que estariam influenciando negativamente a qualidade do ensino público. Tal impedimento inviabiliza, por conseguinte, a formulação de recomendações técnicas, visando à melhoria da qualidade do ensino.

A despeito da problemática posta, sabe-se que a melhoria da qualidade educativa depende do tratamento dispensado aos diversos fatores, tanto de natureza extra-escola quanto intra-escola, que interferem, negativamente, no processo ensino/aprendizagem. É evidente que os fatores extra-escolares, influenciados pelo próprio ambiente familiar do aluno, não podem ser enfrentados apenas via gestão escolar.

Entretanto, o mesmo não se pode dizer das razões intra-escolares, cujo rol já é amplamente conhecida das nossas autoridades educacionais, como por exemplo: falta de investimentos; qualificação de docentes inadequada; inexistência de programas destinados a combater o fracasso escolar; desatualização de docentes por inexistência de programas de

---

<sup>15</sup> Programa implementado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tem como objetivo avaliar as habilidades e conhecimentos de jovens de 15 anos, visando aferir até que ponto os alunos próximos do término da educação obrigatória adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para a participação efetiva na sociedade. Por três vezes consecutivas, os estudantes brasileiros foram reprovados nos testes realizados pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Em 2000, o Brasil ficou em último lugar em leitura e penúltimo em Matemática e Ciências, resultado que se repetiu em 2003. Em 2006, manteve a última posição em Ciências, oportunidade em que obteve a pior classificação dentre os países sul-americanos.

formação continuada; condições precárias de instalações e de recursos pedagógicos, dentre outros.

Foi diante deste contexto que se traçou o objetivo do presente estudo, o qual tem como finalidade identificar os principais fatores (intra-escolares) que impactam negativamente a qualidade do ensino, bem como, apresentar as medidas corretivas, sem perder de vista é claro as mencionadas limitações de caráter pedagógico.

Tal proposição assume as características de uma pesquisa “quali-quantitativa”. A abordagem qualitativa consistiu na identificação das representações sociais expendidas por professores e diretores sobre diversos temas relacionados ao processo ensino/aprendizagem; a quantitativa compôs-se de análises estatísticas e da aplicação de indicadores que permitissem a mensuração do desempenho da gestão educacional.

Com essas considerações, passa-se à interpretação dos resultados até aqui expostos, que, para melhor compreensão, foram agrupados em categorias quantificáveis e não quantificáveis.

### **Categorias Quantificáveis**

**a) relação aluno/professor** – em termos gerais, a relação aluno/professor (1/18) baseada no censo escolar de 2007 mostrou-se dentro dos limites estabelecidos pelo MEC. Contudo, constatou-se em 2008 um expressivo aumento da população estudantil no âmbito da área urbana, decorrente do fluxo migratório originado da área rural. O fenômeno pode ter gerado “excesso de demanda” em 2008 e 2009 e, por conseguinte, o desequilíbrio na mencionada relação. Tal fator, por impactar **negativamente** a qualidade do ensino, requer o aprofundamento da investigação, preferencialmente *in loco*, para formulação de recomendações ao gestor.

**b) qualificação docente e experiência de magistério** - 78% declararam que possuem formação superior e 60% afirmaram que atuam no magistério há mais de 10 anos, percentuais muito próximos da média das escolas que reúnem condições de oferecer um ensino de qualidade. Contudo, 14% dos entrevistados declararam que possuem formação em nível médio, fato que, dependendo da fase em que se encontram atuando (anos finais), pode caracterizar descumprimento ao Art. 62 da LDB, bem como a inviabilização do cumprimento da meta 18 estabelecida pelo PNE. Considerando que a qualificação inadequada do professor constitui um dos fatores que influencia **negativamente** a qualidade do ensino, cabe recomendar aos gestores educacionais para que implementem programas de formação inicial



para os desabilitados e de formação continuada para os demais, objetivando a melhoria da qualificação do quadro docente.

**c) vínculo com a administração pública** - 87% dos professores entrevistados declararam que são efetivos (concurados), essa mesma proporção assegurou que leciona em apenas uma escola. Tais condições, segundo Camargo e outros (2004), favorecem a realização de trabalho docente mais qualificado, bem como a materialização de um projeto de escola, uma vez que reduz a rotatividade docente, a multiplicidade de vínculos empregatícios, a extensão da jornada de trabalho e algumas das doenças típicas da profissão. Entretanto, constatou-se que 13% atuam mediante contratos temporários, o que impõe a necessidade de recomendar ao gestor visando a garantia de acesso mediante concurso público, forma que, além de atender aos preceitos constitucionais, proporcionará a escolha de professores qualificados e, por conseguinte, melhorará a qualidade do ensino, consoante razões acima expostas.

**d) jornada de trabalho** – depreende-se das declarações dos entrevistados que, nas escolas em que atuam, a jornada de trabalho docente está compatível com as normas estabelecidas pela Resolução nº 3/97 do CNE, ou seja, 25% da jornada é reservado para horas atividades, o que permite que o professor dedique um período de tempo maior à preparação de aulas e ao atendimento dos alunos e da comunidade escolar, fator considerado positivo no processo de melhoria da qualidade do ensino.

**e) formação continuada** – a democratização do acesso aos cursos de capacitação revelou um elevado índice de percepção positiva por parte dos entrevistados, considerando que 88% declararam terem participado desses eventos nos dois últimos anos. Entretanto, apenas 40% garantiram que aplicam, “**com frequência**”, os novos conhecimentos adquiridos. Os demais responderam ao quesito com as opções: “algumas vezes” e “raramente”. Diante desses resultados, faz-se necessário recomendar aos gestores educacionais que revejam os critérios utilizados pela administração municipal, para a escolha de cursos de formação continuada, uma vez que o objetivo dessas ações reside, exatamente, em elevar a qualificação do professor, visando à melhoria da prática pedagógica. Se os ensinamentos propostos não se prestam a isso, evidenciada está a ineficiência na aplicação de recursos educacionais.

**f) aperfeiçoamento individual (manter-se atualizado)** – para o exercício de uma profissão que exige atualização constante, é bastante reduzido, conforme revelou a pesquisa, o tempo dedicado a leitura de livros e revistas especializadas e/ou revistas de informação geral. Apenas 40% declararam que lêem “sempre”. Os demais, asseveraram “com frequência” (15%) e, “algumas vezes/nunca” (44%). Comprovadamente, não se trata de desinteresse pela leitura. No caso de profissionais de magistério atuantes na rede pública de ensino, esse fenômeno está

associado à insuficiência de recursos financeiros para manter-se atualizado. Em tais circunstâncias, cabe recomendar aos gestores educacionais para que implementem políticas públicas destinadas a instalar bibliotecas nas escolas, objetivando, com isso, mitigar a deficiência em questão. Importante relevar que 80% das escolas do país, consideradas como capazes de oferecer um ensino de qualidade, contam, em sua estrutura, com bibliotecas, conforme evidenciado por Camargo e outros (2004).

**g) condições dos recursos pedagógicos das escolas** – dos 14 itens submetidos à avaliação, apenas “quadro negro” e “computadores para uso dos professores” foram avaliados como “bom” por mais de 80% dos entrevistados. Os demais itens (biblioteca, auditório, quadra de esportes, equipamentos de educação física, videocassete e impressora) receberam a classificação “bom”, por um percentual inferior a 70% dos entrevistados. Itens de elevada importância, como laboratório de ciências e informática, foram declarados como inexistentes no âmbito das escolas da amostra. Tais resultados revelam a necessidade de maiores investimentos por parte das autoridades educacionais nos programas de governos destinados a equipar as escolas com a quantidade necessária dos itens considerados inexistentes, sem perder de vista a qualidade correspondente, uma vez que tais instrumentos são imprescindíveis no processo de melhoria da qualidade de ensino.

**h) gastos em educação e desempenho escolar** - para avaliar o nível de eficiência da gestão, confrontou-se o valor do Custo-Aluno-Ano, a Taxa de Aprovação e IDEB, comparando-se, em seguida, esse resultado com o desempenho da rede municipal de Rondônia. Os resultados evidenciaram que, em termos de Taxa de Aprovação (avaliação interna), o sistema educacional de Alvorada do Oeste em 2007, mesmo operando com um **Custo-Aluno-Ano abaixo da média** da rede municipal de Rondônia, obteve uma **Taxa de Aprovação acima da média** registrada pela mencionada rede. Feito que, a primeira vista, poderia denotar **eficiência**, caso as notas da Prova Brasil (avaliação externa) e do IDEB não tivessem ficado abaixo da média da rede municipal do estado. O desempenho nas provas de Língua Portuguesa e Matemática (157,8 e 147,30, respectivamente) evidencia que os alunos aprovados pelo sistema educacional de Alvorada do Oeste não possuem o domínio dos conteúdos elementares das disciplinas em questão, sinalizando para uma possível flexibilização nos critérios de aprovação. Conforme mencionado anteriormente, trata-se de um procedimento inadequado, denominado pelo MEC/INEP como “opção pela troca de taxa”. Já em 2008, o Custo-Aluno-Ano sofreu uma elevação superior a 33%, enquanto que a Taxa de Aprovação cresceu 3,6 pontos percentuais. Em tal condição, tanto a Taxa de Aprovação como o Custo-Aluno-Ano permaneceram acima da média da rede municipal de Rondônia. Contudo,

no que diz respeito ao valor do Custo-Aluno-Ano registrado em 2008, dois pontos precisam ser investigados: a) o crescimento, em relação a 2007, da ordem de 33,4%, pois esse percentual pode ser considerado excessivo quando comparado ao índice inflacionário do período; e b) a composição do custo, em face de constatar-se maior incidência para “outros insumos” (36%) quando, em escolas consideradas de qualidade, 56% do custo incide sobre “docentes”. A investigação acerca das variáveis “custo-aluno-ano” e “rendimento escolar”, em que se pretendeu aferir o nível de eficiência da gestão, sofreu, em parte, limitações, em face da falta de informações sobre esses fatores em nível de unidade escolar, por inexistência de um sistema de custo nos padrões determinados pela Lei nº 101/00 (LRF). Tal deficiência deve ser objeto de recomendação junto ao gestor público, alertando-o que a inexistência de um sistema de custo no contexto de uma gestão governamental obstaculiza a fiscalização do Tribunal de Contas, quanto aos aspectos da eficácia e efetividade da ação pública. No caso da área educacional, apresenta-se, a título de contribuição, o modelo mencionado ao longo deste estudo.

### **Categorias Não Quantificáveis**

**i) percepção do professor em relação à sua escola** - a pesquisa evidenciou um nível elevado de percepção positiva do professor em relação à escola em que atua, sobretudo quanto à motivação, à satisfação com o trabalho e ao relacionamento interpessoal com diretores e demais professores. Contudo, dois itens receberam avaliação inferior a 80%: “participação das decisões educacionais” e “orientação pedagógica” destaca-se que tais fatores são importantíssimos do ponto de vista da gestão democrática e ao desenvolvimento da prática pedagógica. Recomenda-se, à vista desse resultado, o aprofundamento da investigação, objetivando identificar as possíveis causas geradoras da deficiência em questão.

**j) percepção dos professores sobre a forma de provimento do cargo de diretor** - a garantia da gestão democrática da educação se constitui, na atualidade, em uma das principais diretrizes preconizadas pelo léxico educacional. Neste contexto, a eleição para provimento do cargo de diretor se caracteriza como um importante mecanismo de participação no âmbito das unidades escolares, haja vista a presunção de legitimidade e liderança atribuída aos eleitos, cujos efeitos, comprovadamente, impactam positivamente na qualidade do ensino. Malgrado tais pressupostos, apenas 71% dos entrevistados concordaram que o diretor eleito contribui para o mencionado objetivo. Importante ressaltar que, dentre as escolas da amostra, apenas uma adota essa prática, fato que merece atenção especial dos gestores educacionais,

objetivando a estimulação do processo eletivo para o cargo de diretor, dada a influência positiva gerada por esse modelo de provimento, consoante razões acima expostas.

**k) percepção dos professores e diretores quanto à existência de procedimentos pedagógicos/administrativos nas escolas em que atuam** – dentre os itens investigados, evidenciaram-se, em alguns tópicos, distorções entre as afirmações de professores e diretores, em especial, no tocante as ações destinadas a combater o fracasso escolar, suscitando dúvidas a respeito dos seguintes itens: conhecimento da quantidade de alunos reprovados e evadidos; diagnóstico sobre as prováveis causas; programas destinados à redução de repetência e abandono, contendo objetivos e metas quantificáveis; participação efetiva de pais de alunos nas ações destinadas a reduzir as faltas de alunos às aulas. Considerando a relevância desses fatores no processo de melhoria da qualidade o ensino, recomenda-se a ampliação da investigação, para possibilitar emissão de juízo de valor revestido de maior fundamento.

**l) percepção dos professores quanto às dificuldades de aprendizagem dos alunos, não-desenvolvimento do conteúdo pedagógico e fracasso escolar** – a grande maioria dos entrevistados elegeu as deficiências do aluno como a principal causa das dificuldades de aprendizagem, seguida de “falta de tempo”, em face da sobrecarga de trabalho. A opção “qualificação inadequada do professor” foi escolhida por apenas 27% dos entrevistados. De certa forma, os resultados aqui apurados guardam consonância com aqueles relacionados com o nível de qualificação dos professores, em que se inferiu que mais de 78% possuem formação superior, sendo que a maioria obteve a formação inicial por intermédio do PROHACAP. Em tais circunstâncias, é possível que parte das dificuldades de aprendizagem dos alunos esteja associada às limitações pedagógicas dos respectivos docentes, em face das deficiências constatadas no processo de formação inicial. Conforme se observou, o desempenho dos alunos das escolas da amostra, nos testes realizados pela Prova Brasil, ficou abaixo da média da rede municipal do estado. Desta forma, é necessário que a gestão municipal intensifique os programas de formação continuada junto aos professores das escolas que registram maiores índices de fracasso escolar. Importante, também, avaliar as reais necessidades pedagógicas dos professores, de modo que, os conhecimentos ministrados pelos cursos de capacitação oferecidos pelo poder público melhorem, efetivamente, a prática pedagógica dos beneficiários.

**m) percepção dos professores quanto à ocorrência de Violência ou Vandalismo na Escola** - Resultados de pesquisas divulgados pela edição nº 2.117, de 17/06/9, da Revista Veja evidenciaram que a existência ou não de segurança na escola interfere no desempenho escolar, ou seja, em escolas que oferecem um ambiente seguro, os alunos conseguem notas 37% maiores. Nas escolas da amostra, os resultados da avaliação dos fatos classificados como

violentos estão dentro de um patamar aceitável, com destaque maior para agressão verbal/física a professores e alunos, ainda assim, ocorrendo com rara frequência, segundo a percepção dos entrevistados.

**n) nível de satisfação dos professores com a profissão que exerce** - de um modo geral, mostrou-se elevado o nível de satisfação dos professores entrevistados. 82% se dizem satisfeitos com a profissão e mais de 56% pretendem continuar lecionando, enquanto forem capazes. No grupo dos que pretendem abandonar o magistério inserem-se os candidatos à aposentação e os insatisfeitos que somam apenas 22%. Esse resultado, em tese, está diretamente relacionado aos fatores identificados pelos entrevistados como “**pontos fortes**” da escola em que atuam: dedicação dos professores; professores formados na área de atuação; alunos interessados; boas instalações físicas; funcionários dedicados; desenvolvimento de projetos com a participação dos alunos; currículo adequado à realidade dos alunos da região; apoio pedagógico e materiais; parceria entre direção e professores. De outro lado, é importante reforçar que o exercício do magistério, atualmente, é permeado por uma série de fatores negativos, que findam por afetar a qualidade do ensino, com destaque para: salário pouco atrativo; carreira sem grandes possibilidades de ascensão; falta de condições básicas para o exercício da profissão; baixo reconhecimento social, tudo isso combinado com alta responsabilidade. Esses, e outros fatores formam o conjunto de “pontos fracos”, no âmbito de uma gestão educacional, e se constituem no contraponto das sugestões formuladas pelos entrevistados, objetivando a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental. Diante desse contexto, mesmo considerando que, na maioria das vezes, a solução destas questões transcende às possibilidades dos respectivos gestores, cabem recomendações para que expendam os esforços necessários, para mitigar o grave cenário ora exposto, visando, com isso, preservar ou ampliar o nível de satisfação dos professores.

Conforme se pôde verificar, os diagnósticos resultantes da fase qualitativa do presente trabalho foram alicerçados em percepções de professores e diretores integrantes de um sistema educacional de determinado município. Para maior representatividade, esta amostra deveria ter abrangido outros importantes atores do processo ensino/aprendizagem: funcionários administrativos; representantes das associações de pais e mestres, membros dos colegiados (FUNDEB e Conselho Municipal da Educação), dentre outros.

Evidentemente, a identificação de representações sociais como instrumento de avaliação qualitativa de uma instituição educacional deve abranger a maioria dos principais atores envolvidos no processo ensino/aprendizagem, propósito, este, não alcançado no presente estudo, pois a amostra restringiu-se a professores e diretores de escolas. Não se pode

perder de vista, também, que parte dos itens avaliados apresenta certo grau de subjetividade e, dependendo de determinadas circunstâncias, pode dificultar, em tese, a emissão de juízo de valor acerca do objeto avaliado, já que, segundo Camargo e outros (2004), trata-se de **percepções e expectativas** socialmente construídas.

Malgrado tais limitações, não há como deixar de realçar a importância dessa metodologia no conjunto de procedimentos inerentes a uma auditoria operacional, principalmente na fase de planejamento, pois os diagnósticos baseados nas representações sociais dos principais atores poderão subsidiar a construção da amostra das escolas a serem auditadas, oportunidade em que os analistas poderão certificar, *in loco*, a fidedignidade dos diagnósticos previamente formulados.

Por fim, cabe realçar que a avaliação de um sistema educacional no formato proposto neste estudo necessita de ajustes técnicos, para adequá-lo ao modelo de auditoria operacional pretendido por esta Corte de Contas, sobretudo no que diz respeito à formulação de recomendações e à estipulação de prazos para cumprimento de tais determinações e, posterior, monitoramento.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima Cristina de M. **Qualidade na Educação Fundamental Pública nas Capitais Brasileiras**: tendências, contextos e desafios. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, março de 2007. Disponível em: <[www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG\\_0599.EXE/9866\\_1.PDF?](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/9866_1.PDF?)>. Acesso em: 25 set. 2007.

BONILHA, Uacauan. **Qualificação Docente e Desempenho Discente no Ensino Fundamental Brasileiro**: Um enfoque por fronteiras de produção com múltiplos insumos e múltiplos produtos. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/RESULT.ASP>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3, de 8 de outubro de 1997. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Ministério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>. Acesso em 28 set. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 de maio 2000. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>. Acesso em: 06 out. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 junho. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação** – Conferência Nacional de Educação, Brasília, 2009.

BRASIL, Walterlina. A Revolução Prohacapiana. **Revista Primeira Versão**. Edufro, nº 37 ago. de 2001.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; OLIVEIRA, João Ferreira de; CRUZ, Rosana Evangelista da; e GOUVEIA, Andréia Barbosa. **Problematização da qualidade em pesquisa de custo-aluno-ano em escolas de educação básica**. Relatório de Pesquisa. Brasília: Inep, 2006.

CODO, Wanderley (org.). **Educação: Carinho e Trabalho**. Rio de Janeiro. Vozes, 2006.

KLEIN, Ruben. Como está a educação no Brasil? O que fazer? Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v.14 n. 51, 2006.

MEC/INEP. **Censo Escolar 2007 e 2008**. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 29 set. 2009.

MEC/INEP. Indicadores Demográficos e Educacionais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>. Acesso em: 25 set. 2009.

MEC/INEP. **Prova Brasil**. Disponível em: <<http://portalideb.inep.gov.br>>. Acesso em 28 set. 2009.

MEC/INEP. **Prova Brasil**. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/basica/saeb/prova\\_brasil/resultados.htm](http://www.inep.gov.br/basica/saeb/prova_brasil/resultados.htm)>. Acesso em 07 out. 2009.

MEC/INEP. **Prova Brasil**. Qualidade da Educação: uma nova leitura do desempenho dos alunos da 4ª série do Ensino Fundamental. Disponível em: [http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{45A5D415-1020-4013-B72E-7E52F0B7C8C3}\\_boletim\\_4serie\\_314.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{45A5D415-1020-4013-B72E-7E52F0B7C8C3}_boletim_4serie_314.pdf). Acesso em: 27 out. 2009.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes. Representações Sociais e Avaliação Institucional. **Revista de Ciências Humanas** (temas de Nosso Século) /Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. – v. 1 (jan. 982) Florianópolis: Editora da UFSC, 1982.

PEREIRA, Camila. Quando ensinar é uma guerra. **Revista Veja**. São Paulo, nº 34, p. 96-102, 2009.

PESSOA, Hugo Costa. **Qualificação Docente e Desempenho Discente no Ensino Fundamental: Um Estudo de Caso na Rede Municipal de Porto Velho – Rondônia**.



(Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Extensão e Cultura-ProPPEC da Universidade do Vale do Itajaí), Itajaí, outubro de 2008. Disponível em: <[www.univali.br](http://www.univali.br)>. Acesso em: 29 set. 2009.

TCE/RS. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. 2006. **Relatório de Auditoria Operacional**: Avaliação das Ações da Administração Municipal no Ensino Fundamental. Porto Alegre/RS.

TCU. 2006. **Relatório de avaliação de programa**: Ação Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental. Brasília.

VEJA ON LINE. **Um retrato da sala de aula**. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/300909/retrato-sala-aula-p132.shtml>>. Acesso em 29 de set. 2009.

ZAGURY, Tânia. **O professor refém**: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

## **ANEXOS**

## **ANEXO A**

Tabela 7 – Custo-Aluno-Ano e Taxa de Aprovação da Rede Municipal do Estado de Rondônia - Anos Iniciais – Ensino Fundamental - 2008

<b>Municípios</b>	<b>CMAA<sup>1</sup> (R\$ mil)</b>	<b>Taxa de Aprovação<sup>2</sup></b>
Alta Floresta do Oeste	3.316,22	92,52
Alto Alegre dos Parecis	2.379,52	87,9
Alto Paraíso	2.340,74	91,8
Alvorada D'Oeste	3.370,43	89,9
Ariquemes	1.855,32	86,1
Buritis	2.594,78	84,5
Cabixi	5.673,09	93,8
Cacaulândia	3.115,24	87,6
Cacoal	545,69	89,6
Campo Novo de Rondônia	2.110,25	77,7
Candeias do Jamari	2.780,02	78,5
Castanheiras	2.907,38	78,9
Cerejeiras	3.036,64	88,9
Chupinguaia	3.919,87	88,3
Colorado do Oeste	4.533,25	89,3
Corumbiara	3.194,84	85,5
Costa Marques	3.701,70	85,7
Cujubim	2.196,78	72,1
Espigão D'Oeste	2.967,45	91,2
Gov. Jorge Teixeira	4.024,58	84,9
Guajará-Mirim	3.018,08	78,5
Itapuã D'Oeste	2.293,13	73,7
Jaru	3.285,85	84,2
Ji-Paraná	3.563,90	92,2
Machadinho do Oeste	2.877,21	81,5
Ministro Andreazza	2.302,21	86,2
Mirante da Serra	2.867,65	82,8
Monte Negro	2.517,48	86,7
Nova Brasilândia	2.755,24	86,2
Nova Mamoré	2.604,80	80,3
Nova União	2.640,33	81,5
Novo Horizonte D'Oeste	3.296,41	86,4
Ouro Preto D'Oeste	2.140,12	82,3
Parecis	3.562,07	85,4
Pimenta Bueno	3.392,90	87,1
Pimenteiras D'Oeste	6.455,55	89,7
Porto Velho	1.781,79	85,1
Presidente Médici	3.009,02	88,4
Primavera de Rondônia	4.464,00	88,3
Rio Crespo	3.934,26	76,2
Rolim de Moura	2.967,97	89,6
Santa Luzia D'Oeste	5.345,46	81,0
São Felipe D'Oeste	3.066,94	86,4
São Francisco do Guaporé	3.149,30	87,3
São Miguel do Guaporé	2.198,42	87,1
Seringueiras	2.420,86	88,5
Teixeirópolis	3.675,34	89,7
Theobroma	2.905,08	85,2
Urupá	2.085,06	85,6
Vale do Anari	2.472,23	79,6
Vale do Paraíso	2.342,09	88,7
Vilhena	2.901,83	92,2
<b>MÉDIA</b>	<b>3.054,93</b>	<b>85,5</b>

Fonte: <sup>1</sup> Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública - SIGAP; <sup>2</sup> Secretária de Estado da Educação – SEDUC RO.

Tabela 8: Custo-Aluno-Ano e Taxa de Aprovação da Rede Municipal do Estado de Rondônia - Anos Finais – Ensino Fundamental – 2008

Municípios	CMAA <sup>1</sup> (R\$ mil)	Taxa de Aprovação <sup>2</sup>
Alta Floresta do Oeste	3.316,22	81,9
Alto Alegre dos Parecis	2.379,52	79,2
Alto Paraíso	2.340,74	79,6
Alvorada D'Oeste	3.370,43	90,1
Ariquemes	1.855,32	77,4
Buritis	2.594,78	63,1
Cabixi	5.673,09	*
Cacaulândia	3.115,24	91,5
Cacoal	545,69	83,8
Campo Novo de Rondônia	2.110,25	72,9
Candeias do Jamari	2.780,02	33,0
Castanheiras	2.907,38	91,3
Cerejeiras	3.036,64	77,5
Chupinguaia	3.919,87	79,7
Colorado do Oeste	4.533,25	86,9
Corumbiara	3.194,84	89,9
Costa Marques	3.701,70	76,0
Cujubim	2.196,78	64,7
Espigão D'Oeste	2.967,45	82,5
Gov. Jorge Teixeira	4.024,58	85,3
Guajará-Mirim	3.018,08	87,9
Itapuã D'Oeste	2.293,13	64,2
Jaru	3.285,85	86,5
Ji-Paraná	3.563,90	88,1
Machadinho do Oeste	2.877,21	76,1
Ministro Andreazza	2.302,21	76,9
Mirante da Serra	2.867,65	86,6
Monte Negro	2.517,48	81,9
Nova Brasilândia	2.755,24	83,0
Nova Mamoré	2.604,80	64,8
Nova União	2.640,33	80,3
Novo Horizonte D'Oeste	3.296,41	87,6
Ouro Preto D'Oeste	2.140,12	70,9
Parecis	3.562,07	76,4
Pimenta Bueno	3.392,90	79,7
Pimenteiras D'Oeste	6.455,55	*
Porto Velho	1.781,79	65,7
Presidente Médici	3.009,02	79,8
Primavera de Rondônia	4.464,00	*
Rio Crespo	3.934,26	83,0
Rolim de Moura	2.967,97	88,6
Santa Luzia D'Oeste	5.345,46	70,3
São Felipe D'Oeste	3.066,94	85,3
São Francisco do Guaporé	3.149,30	81,4
São Miguel do Guaporé	2.198,42	89,4
Seringueiras	2.420,86	83,4
Teixeirópolis	3.675,34	84,2
Theobroma	2.905,08	83,4
Urupá	2.085,06	70,0
Vale do Anari	2.472,23	74,8
Vale do Paraíso	2.342,09	75,1
Vilhena	2.901,83	75,7
MÉDIA	3.054,93	78,9

Fonte: <sup>1</sup> Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública - SIGAP; <sup>2</sup> Secretária de Estado da Educação – SEDUC RO.

Obs.: \* Municípios que não contam com escolas dos anos finais em sua rede de ensino.

## **ANEXO B**

ESCOLAS	Nº Prof	Sexo (%)		Idade (%)				Escolaridade (%)						
		M	F	25 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	EM	EMn	ES	ESL	Esp	Mest	NR
BN	6	0	100	17	50	17	17	0	17	17	17	17	0	33
JF	5	40	100	60	20	20	0	0	0	40	40	20	0	0
MR	9	44	56	11	56	22	11	11	11	22	33	11	11	0
ML	12	25	75	33	58	8	0	8	8	0	58	25	0	0
Total	32	27	83	30	46	17	7	5	9	20	37	18	3	8

Figura 1 – Principais Características dos Professores

Legenda para escolas: BN- Branca de Neve; JF- João Ferreira; MR -Matilde Rozo; ML- Monteiro Lobato  
 Legenda para propriedades: EM- Ensino Médio; EMn -Ensino Médio Normal; ES - Ensino Superior; ESL - Ensino Superior com Licenciatura; Esp - Especialização *Latu sensu*; Mest - Mestrado; NR - Não Respondeu

ESCOLAS	N. Prof	Formação Inicial (%)				Experiências (anos)%				
		Unir	EAD	Outras Instituições	NR	Até 5	6 a 10	11 a 20	> de 20	NR
BN	6	84	0	0	17	0	33	50	17	0
JF	5	0	20	60	20	40	60	0	0	0
MR	9	33	0	33	33	56	22	11	11	0
ML	12	59	25	0	17	42	25	17	0	17
Total	32	44	11	23	21	35	35	20	7	4

Figura 2 – Locus de Formação e Experiência de Magistério

Legenda para escolas: BN- Branca de Neve; JF -João Ferreira; MR - Matilde Rozo; ML - Monteiro Lobato  
 Legenda para propriedade: NR - não respondeu

Tipo de Vínculo (%)	N. Prof	Escolas									Média (%)				
		BN		JF		MR		ML							
		A	C	A	A	E	A	D	NR	A	C	D	E	NR	
Concursado	6	83		100	89		75			87					
Contratado por prazo determinado.	5		17								4				
Prestador de serviço sem contrato.	9						17					4			
Outros	12				11								3		
Não Respondeu	32							8						2	

Figura 3 – Vínculo dos Professores com a Administração Pública

Legenda para escolas: BN -Branca de Neve; JF -João Ferreira; MD - Matilde Rozo; ML- Monteiro Lobato  
 Legenda para propriedades: A – Concursado; C - Contrato por tempo determinado; D – Prestador de serviço; E – Outros; NR – Não respondeu

ESCOLAS	N. Prof.	Escola que leciona (%)				Quantidade de horas-aulas por semana (%)						Quantidade de horas-atividade por semana(%)				
		1	2	3	NR	A	B	C	D	E	NR	F	G	H	I	NR
BN	6	100	0	0	0	0	50	17	17	0	17	0	17	33	17	33
JF	5	80	0	20	0	20	60	0	0	20	0	0	20	60	20	0
MR	9	78	11	11	0	0	22	56	22	0	0	11	22	56	11	0
ML	12	92	0	0	0	0	33	33	8	0	25	0	25	42	17	17
Total	32	88	3	8	0	5	41	27	12	5	11	3	21	48	16	13

Figura 4 - Horas Trabalhadas, Horas Atividades na Jornada Docente e Quantidade de Escolas em que Lecionam

Legenda para escolas: BN -Branca de Neve; JF -João Ferreira; MR - Matilde Rozo; ML- Monteiro Lobato  
 Legenda para propriedades: 1- apenas em uma escola; 2- em duas escolas; 3- em três ou mais escolas;  
 A- até 10hrs; B - de 11 a 20hrs; C- de 21 a 30hrs; D - de 31 a 40hrs; E - mais de 40hrs; NR - não respondeu  
 Horas extra-escola: F - até 2; G - 3 a 4; H - 5 a 8; I - + 8; NR - não respondeu

ESCOLAS	N. Prof	Participação (%)			Aplicação na atividade pedagógica (%)				
		S	N	NR	S	C/F	AL/V	R	NR
Branca de Neve	6	67	17	17	0	33	17	17	33
João Ferreira	5	100	0	0	0	60	20	20	0
Matilde Dutra	9	100	0	0	44	33	22	0	0
Monteiro Lobato	12	83	17	0	42	33	17	0	8
Total / Média	32	87	9	4	22	40	19	10	10

Figura 5 – Formação Continuada: Acesso e Aplicações dos Conhecimentos

Legenda para propriedades: S- sim; N- não; NR- não respondeu  
 S- sempre; C/F- com frequência; AL/V- Algumas vezes; R- raramente

Escolas	Nº Prof.	Sempre (%)	Com Frequência (%)	Algumas Vezes (%)	Raramente (%)	Não Respondeu (%)
Branca de Neve	6	33	0	67	0	0
João Ferreira	5	60	40	0	0	0
Matilde Dutra	9	22	33	33	11	0
Monteiro Lobato	12	42	17	33	0	8
Total	32	39	23	33	3	2

Figura 6 – Atualização: Leitura de Livros sobre Educação



Escolas	Nº Prof.	Sempre (%)	Com Frequência (%)	Algumas Vezes (%)	Raramente (%)
Branca de Neve	6	50	17	17	17
João Ferreira	5	0	20	80	0
Matilde Rozo	9	11	0	89	0
Monteiro Lobato	12	25	17	50	8
Total	32	22	14	59	6

Figura 7 – Atualização: Leitura de Revistas Especializadas na Área de Atuação

Escolas	Nº Prof.	Sempre (%)	Com Frequência (%)	Algumas Vezes (%)	Raramente (%)
Branca de Neve	6	33	17	50	0
João Ferreira	5	0	40	60	0
Matilde Rozo	9	11	11	44	33
Monteiro Lobato	12	23	15	54	8
Total	32	17	21	52	10

Figura 8 – Atualização: Leitura de Jornais ou Revistas de Informação Geral.

## **ANEXO C**

Afirmativas (%)	Escolas													
	Concordo					Discordo					Não respondeu			
	BN	JF	MR	ML	Me	BN	JF	MR	ML	Me	JF	MR	ML	Me
Sinto que sou parte importante desta escola	100	100	100	100	<b>100</b>	0	0	0	0	<b>0</b>	0	0	0	<b>0</b>
Participo das decisões educacionais desta escola	67	80	78	75	<b>75</b>	33	20	22	0	<b>19</b>	0	0	25	<b>6</b>
Tenho plena confiança profissional no(a) diretor (a)	83	100	89	67	<b>85</b>	17	0	11	8	<b>9</b>	0	0	25	<b>6</b>
O diretor consegue que os professores se comprometam com a escola	100	80	89	75	<b>86</b>	0	20	0	11	<b>8</b>	0	0	25	<b>6</b>
O diretor implementa regras de conduta escolar e me apóia quando necessário	100	100	100	67	<b>92</b>	0	0	0	8	<b>2</b>	0	0	25	<b>6</b>
Existe um clima de cooperação entre os professores	100	100	78	75	<b>88</b>	0	0	11	0	<b>3</b>	0	11	25	<b>9</b>
O diretor (a) dá atenção adequada aos aspectos relacionados com a aprendizagem dos alunos	100	100	89	75	<b>91</b>	0	0	11	0	<b>3</b>	0	0	25	<b>6</b>
Recebo orientação pedagógica quanto ao meu trabalho	100	60	89	58	<b>77</b>	0	20	11	8	<b>10</b>	20	0	33	<b>13</b>

Figura 9 - Percepção dos Professores em Relação à Escola em que Atua

Legenda para as escolas: BN – Branca de Neve; JF – João Ferreira; MR – Matilde Rozo; ML – Monteiro Lobato  
 Legenda para propriedade: Me – Média das questões

AFIRMATIVAS %	Concordo					Discordo					Não respondeu				
	BN	JF	MR	ML	Me	BN	JF	MR	ML	Me	BN	JF	MR	ML	Me
Há objetivos pedagógicos definidos e de conhecimentos da comunidade.	100	100	78	83	<b>90</b>	0	0	11	0	<b>3</b>	0	0	11	17	<b>7</b>
Há metas de rendimento escolar definidas, sendo as mesmas de conhecimento da comunidade escolar.	100	100	67	92	<b>90</b>	0	0	22	0	<b>6</b>	0	0	11	8	<b>5</b>
A comunidade escolar tem informações sobre a quantidade de alunos que evadem ou abandonam a escola.	33	80	44	58	<b>54</b>	50	20	33	25	<b>32</b>	17	0	22	17	<b>14</b>
A comunidade escolar busca compreender as causas do abandono ou da evasão.	67	80	56	58	<b>65</b>	33	20	33	25	<b>28</b>	0	0	11	17	<b>7</b>
Na sua escola há algum programa de redução das taxas de abandono e reprovação.	34	60	55	83	<b>58</b>	33	40	33	0	<b>27</b>	33	0	11	17	<b>15</b>
A comunidade escolar tem informações sobre a quantidade de alunos que são reprovados a cada ano?	17	80	78	75	<b>63</b>	17	20	22	0	<b>15</b>	67	0	0	25	<b>23</b>
A comunidade escolar busca compreender as causas das reprovações.	17	60	78	75	<b>58</b>	17	20	11	0	<b>12</b>	67	20	11	25	<b>31</b>
A comunidade escolar procura compreender as causas das faltas dos alunos.	67	80	89	83	<b>80</b>	17	20	11	8	<b>14</b>	17	0	0	0	<b>4</b>
Na reunião de pais, os mesmos são chamados à escola para conversar sobre o número de faltas dos alunos.	83	80	100	92	<b>89</b>	17	20	8	0	<b>11</b>	0	0	0	0	<b>0</b>

Figura 10 - Percepção dos Professores sobre Gestão Escolar e Qualidade do Ensino

Legenda para Escolas: BN – Branca de Neve; JF – João Ferreira; MR – Matilde Rozo; ML – Monteiro Lobato

Legenda para propriedades: S – sim; N – não; NR – não respondeu

Afirmativas (%)	Escolas														
	Concordo					Discordo					Não respondeu				
	BN	JF	MR	ML	Me	BN	JF	MR	ML	Me	BN	JF	MR	ML	Me
A maioria não consegue aprender porque a maior parte dos professores não possui qualificação adequada.	0	0	33	75	<b>27</b>	67	80	67	8	<b>56</b>	33	20	0	17	<b>18</b>
A maioria, apesar de se esforçar, não consegue aprender devido a limitações que traz do ambiente em que vive.	50	40	78	33	<b>50</b>	0	60	22	25	<b>27</b>	50	0	0	42	<b>23</b>
A maioria não consegue aprender porque a estrutura do sistema e o funcionamento da escola dificultam o sucesso escolar.	0	20	0	25	<b>11</b>	83	60	78	33	<b>64</b>	17	20	22	42	<b>25</b>
A sobrecarga de trabalho dos professores dificulta o planejamento.	50	20	33	50	<b>38</b>	17	80	56	18	<b>43</b>	33	0	11	33	<b>19</b>

Figura 11 – Percepção dos Professores sobre as Dificuldades de Aprendizagem dos Alunos

Legenda para as escolas: BN – Branca de Neve; JF – João Ferreira; MD – Matilde Rozo; ML – Monteiro Lobato  
 Legenda para propriedade: Me – Média das questões

Afirmativas (%)	Escolas											
	BN		JF			MR		ML		Média %		
	S	N	S	N	NR	S	N	S	N	S	N	NR
Falta de tempo devido à suspensão de aulas por fatores diversos.	0	0	40	40	20	17	83	60	40	29	41	5
Dificuldades de aprendizagem dos alunos.	100	0	100	0	0	100	0	91	9	98	2	0
Falha no planejamento das atividades do Plano	100	0	0	60	40	0	100	50	50	38	53	10
Falta de domínio completo de determinados pontos do conteúdo.	0	0	0	80	20	0	100	0	100	0	70	5
Não ter trabalhado com a turma desde o início.	0	0	60	60	40	50	50	75	25	46	34	10

Figura 12 – Percepção dos Professores sobre Dificuldades Inerentes ao Desenvolvimento do Conteúdo Pedagógico

Legenda para escolas: BN – Branca de Neve; JF – João Ferreira; MR – Matilde Rozo; ML – Monteiro Lobato  
 Legenda para propriedades: S – sim ; N – não; NR – não respondeu

ITENS (%)	Escolas				
	BN	JF	MR	ML	Me %
Não desenvolve novos conteúdos até que a maioria dos alunos aprenda o que está sendo ensinado.	50	60	56	83	<b>62</b>
Segue adiante, desenvolvendo novos conteúdos, conforme planejamento.	17	0	0	0	<b>4</b>
Segue adiante, conforme seu planejamento, mas desenvolve paralelamente atividades de reforço.	0	20	44	17	<b>20</b>
Deixa o conteúdo não dominado para ser revisto no período de recuperação.	0	0	11	0	<b>2</b>
Não respondeu	33	20	0	0	<b>13</b>

Figura 13 – Atitudes dos Professores Diante de Elevado Índice de Fracasso Escolar em sua Turma

Legenda para escolas: BN – Branca de Neve; JF – João Ferreira; MD – Matilde Dutra; ML – Monteiro Lobato  
 Legenda para propriedade: Me – Média das questões

ITENS (%)	Escolas															
	BN				JF				MR				ML			
	B	R	I	NR	B	R	I	NR	B	R	I	NR	B	R	I	NR
Biblioteca	17	0	67	17	100	0	0	0	77	11	0	12	75	8	17	0
Laboratório de Ciências	0	0	83	17	0	0	80	20	0	0	78	22	0	0	83	17
Laboratório de Informática	0	0	83	17	0	0	100	0	0	0	78	22	0	0	83	17
Auditório	17	0	67	17	0	0	80	20	11	0	67	22	34	0	50	17
Quadra Esportes	0	0	50	50	80	20	0	0	22	0	67	11	16	25	33	25
Equipamentos de Ed. Física	67	0	17	17	100	0	0	0	55	11	11	22	33	25	17	25
Sala de Professores	84	0	0	17	100	0	0	0	78	11	0	11	42	8	33	17
Quadro-Negro	50	0	33	17	100	0	0	0	89	0	0	11	92	0	8	0
Videocassete	83	0	0	17	60	0	20	20	77	22	0	0	59	17	8	17
Computadores p/ uso dos professores	100	0	0	0	80	0	20	0	100	0	0	0	67	17	17	0
Computadores p/ uso dos alunos	0	0	100	0	0	0	100	0	11	0	78	11	0	0	92	8
Impressora	34	0	50	17	80	0	20	0	100	0	0	0	25	33	33	8
Internet p/ uso dos professores	100	0	0	0	0	0	100	0	88	0	11	0	69	0	31	0
Internet p/ uso dos alunos	0	0	100	0	0	0	100	0	0	0	89	11	0	0	83	17
<b>Média</b>	<b>39</b>	<b>0</b>	<b>46</b>	<b>16</b>	<b>50</b>	<b>1</b>	<b>44</b>	<b>4</b>	<b>51</b>	<b>4</b>	<b>34</b>	<b>11</b>	<b>37</b>	<b>10</b>	<b>42</b>	<b>12</b>

Figura 14 – Percepção dos Professores Quanto à Existência e Qualidade dos Recursos Pedagógicos da sua Escola

Legendas para escolas: BN – Branca de Neve; JF – João Ferreira; MR– Matilde Dutra; ML – Monteiro Lobato

Legenda para propriedades: B – bom; R – ruim; I – inexistente; NR – não respondeu

ITENS (%)	ESCOLAS											
	BN			JF		MR				ML		
	R	N	NR	R	N	F	R	N	NR	R	N	NR
Roubo com violência	17	67	17	40	60	0	44	44	11	0	100	0
Depredação nas Instalações Físicas	17	67	17	20	80	11	55	33	0	25	75	0
Agressão verbal e/ou física a professores	50	33	17	20	80	0	33	33	33	0	36	58
Agressão verbal e/ou física a alunos	50	33	17	40	60	22	67	0	11	26	67	8
<b>Média %</b>	<b>34</b>	<b>50</b>	<b>17</b>	<b>30</b>	<b>70</b>	<b>8</b>	<b>50</b>	<b>28</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>70</b>	<b>17</b>

Figura 15 – Percepção dos Professores quanto a Ocorrência de Violência ou Vandalismo na Escola

Legenda para escolas: BN – Branca de Neve; JF – João Ferreira; MR – Matilde Rozo; ML – Monteiro Lobato  
 Legenda para propriedades: T P– Total de Professores pesquisados

AFIRMATIVAS (%)	Escolas														
	BN			JF			MR			ML			Média %		
	S	N	NR	S	N	NR	S	N	NR	S	N	NR	S	N	NR
Satisfeito com minha profissão	67	33	0	100	0	0	78	22	0	83	8	8	82	16	2

Figura 16 – Nível de Satisfação com a Profissão que Exerce

Legenda para escolas: BN -Branca de Neve; JF - João Ferreira; MR - Matilde Rozo; ML - Monteiro Lobato  
 Legenda para ocorrência: S- sim; N – não; N/R - não respondeu



AFIRMATIVAS (%)	ESCOLAS																				MÉDIA (%)				
	BN					JF					MR					ML									
	A	B	C	D	NR	A	B	C	D	NR	A	B	C	D	NR	A	B	C	D	NR	A	B	C	D	NR
Enquanto fisicamente eu for capaz.	67					60					22					75					56				
Até completar o meu tempo para aposentadoria.		0					20					0					8					7			
Continuarei ensinando até que apareça algo melhor.			33					20					33					0					22		
Certamente deixarei a profissão em dois anos.				0					0					0					8					2	
Não respondeu					0					0					44					8					13

Figura 17 – Percepção dos Professores em Relação a quanto Tempo que Pretende Continuar lecionando

Legenda para escolas: BN – Branca de Neve; JF – João Ferreira; MR – Matilde Rozo; ML – Monteiro Lobato

Legenda para propriedades: NR – não respondeu

AFIRMATIVAS	ESCOLAS													Média				
	BN			JF				MR			ML			S	N	NS	NR	
	S	N	NR	S	N	NS	NR	S	N	NR	S	N	NR					
Acompanha os resultados da Prova Brasil e IDEB da escola.			1	1				1						1	2			2
A escola atingiu a meta do IDEB em 2007.			1			1				1				1			1	3
Discute com os professores os resultados da Prova Brasil e IDEB.			1	1				1						1	2			2
Utiliza os indicadores educacionais em tomadas de decisões na busca da melhoria da qualidade de ensino da escola que dirige.			1	1				1						1	2			2

Figura 18 – Percepção dos Diretores sobre Indicadores Educacionais

Legenda para escolas: BN – Branca de Neve; JF – João Ferreira; MR – Matilde Rozo; ML – Monteiro Lobato  
 Legenda para propriedades: S – sim; N – não; NS – Não sei; NR – não respondeu

Escolas	Concurso Público	Indicação Política
Branca de Neve	0	1
João Ferreira	0	1
Matilde Rozo	1	0
Monteiro Lobato	0	1
Total	1	3

Figura 19 – Forma de Provimento do Cargo de Diretor

ITENS	ESCOLAS												Total		
	BN			JF			MR			ML			S	N	N R
	S	N	N R	S	N	N R	S	N	N R	S	N	N R			
Há objetivos pedagógicos definidos e de conhecimentos da comunidade.	1			1			1			1			4		
Há metas de rendimento escolar definidas, sendo as mesmas de conhecimento da comunidade escolar.	1			1			1			1			4		
A comunidade escolar tem informações sobre a quantidade de alunos que evadem ou abandonam a escola.	1			1			1			1			4		
A comunidade escolar busca compreender as causas do abandono ou da evasão.	1			1			1			1			4		
Na sua escola há algum programa de redução das taxas de abandono e reprovação.		1			1			1		1			1	3	
A comunidade escolar tem informações sobre a quantidade de alunos que são reprovados a cada ano?			1	1			1			1			3		1
A comunidade escolar busca compreender as causas das reprovações.			1	1				1		1			2	1	1
A comunidade escolar procura compreender as causas das faltas dos alunos.	1			1			1			1			4		
Na reunião de pais, os mesmos são chamados à escola para conversar sobre o número de faltas dos alunos.	1			1			1			1			4		

Figura 20 – Percepção dos Diretores sobre Gestão Escolar e Qualidade de Ensino

Legenda para Escolas: BN – Branca de Neve; JF – João Ferreira; MR – Matilde Rozo; ML – Monteiro Lobato  
 Legenda para propriedades: S – sim; N – não; NR – não respondeu

Afirmativas	Escolas										
	BN		JF		MR		MI		Total		
	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	
A maioria não consegue aprender porque a maior parte dos professores não possui qualificação adequada.		1		1		1		1			4
A maioria, apesar de se esforçar, não consegue aprender devido a limitações que traz do ambiente em que vive.	1			1	1			1	2	2	
A maioria não consegue aprender porque a estrutura do sistema e o funcionamento da escola dificultam o sucesso escolar.		1		1		1		1			4
A sobrecarga de trabalho dos professores dificulta o planejamento.	1			1		1		1	1	3	

Figura 21- Percepção dos Diretores sobre as Dificuldades de Aprendizagem dos Alunos

Legenda para escolas: BN – Branca de Neve; JF – João Ferreira; MR – Matilde Rozo; ML – Monteiro Lobato  
 Legenda para propriedades: C – concordo; D – Discordo;